

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Bacharelado em Antropologia
Antropologia Social e Cultural

Trabalho de Conclusão de Curso



**Etnografia de Mediações e Negociações entre Moradores Humanos,
Agentes de Saúde e Cães na Periferia Urbana de Pelotas (RS): sobre
guarda compartilhada, o direito à rua e os afetos multi-espécie**

PATRÍCIA SANTOS DA ROSA

Pelotas, 2019

Patrícia Santos da Rosa

**Etnografia de Mediações e Negociações entre Moradores Humanos,
Agentes de Saúde e Cães na Periferia Urbana de Pelotas (RS): sobre
guarda compartilhada, o direito à rua e os afetos multi-espécie**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia, Linha de Formação: Antropologia Social e Cultural, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Antropologia.

Orientadora: Dra. Flávia Maria Silva Rieth

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R788e Rosa, Patrícia Santos da

Etnografia de mediações e negociações entre moradores humanos, agentes de saúde e cães na periferia urbana de Pelotas (RS) : sobre guarda compartilhada, o direito à rua e os afetos multi-espécie / Patrícia Santos da Rosa ; Flávia Maria Silva Rieth, orientadora. — Pelotas, 2019.

77 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Humanos. 2. Cães. 3. Pelotas (RS). 4. Casa. 5. Rua. I. Rieth, Flávia Maria Silva, orient. II. Título.

CDD : 302.2

Patrícia Santos da Rosa

**Etnografia de Mediações e Negociações entre Moradores Humanos,
Agentes de Saúde e Cães na Periferia Urbana de Pelotas (RS): sobre
guarda compartilhada, o direito à rua e os afetos multi-espécie**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para
obtenção do grau de Bacharela em Antropologia, Instituto de Ciências
Humanas, Universidade Federal de Pelotas.**

Data da Defesa: 18 de julho de 2019

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dr^a. Flávia Rieth (Orientadora)
**Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.**

.....
Prof^a. Dr^a. Louise Alfonso Prado
**Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia. Mestre
em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas.**

.....
**Mestre em Antropologia Social Daniel Vaz Lima pela Universidade Federal
de Pelotas.**

Lista de Figuras

- Figura 1 Foto do meu encontro com Valdirene e filhos/as ao lado da UBS.
- Figura 2 Foto da Valdirene e filhas Goda e Alemoa no pátio da residência.
- Figura 3 Foto da Valdirene e filhas atentas. No pátio da casa.
- Figura 4 Foto da Valdirene e Goda com outros cães do bairro. No lado da UBS.
- Figura 5 Foto da Valdirene após banho de valeta.
- Figura 6 Foto da Valdirene e Goda na casa da mãe da “dona”
- Figura 7 Foto da Valdirene sozinha. Goda já adotada.
- Figura 8 Foto da Valdirene, manhã cedo. Aguardando eu chegar.
- Figura 9 Foto da Valdirene esperando eu sair com o carro.
- Figura 10 Foto da Valdirene aguardando para seguir o carro.
- Figura 11 Foto da Valdirene e eu. Valdirene desconfiada, na sala de espera da consulta com a veterinária.

Figura 12 Foto da Goda agora Pet

Figura 13 Foto da Goda pet num camping na área rural de Pelotas.

Figura 14 .Foto do Jeito Goda Pet de ser.

Agradecimentos

Aos meus pais Eva e Valter por me darem o bem mais precioso que tenho, a vida.

Ao meu marido Luís André por estar sempre presente. Às minhas irmãs Valéria e Elisa pela compreensão. Demais familiares irmão Maurício e sobrinhos/as.

A esta importante instituição, UFPEL que me acolheu pela segunda vez.

Em especial a minha professora e orientadora Flávia Rieth, pela compreensão nos momentos difíceis, pelo apoio, pelo incentivo, por compartilhar seu conhecimento e bibliografias. Por compreender minhas limitações e me incentivar a continuar o que me impediu de desistir pela segunda vez.

Em especial à professora Louise Prado que me acolheu no seu Projeto de Pesquisa Margens e Projeto de Extensão Narrativa Passo dos Negros. Foi um grande aprendizado!!

Ao Daniel Vaz Lima pelas conversas e apoio.

Ao Vagner Barreto pela revisão deste trabalho.

Ao querido Álbio Ferreira.

Às amigas Dagma Colomby, a Mariazinha, a Veridiana Oliveira pelas conversas.

A Claudete Ferreira, Lourdes Ferreira, Luís Felipe Conceição, Diego Gonçalves, e Davi Sarubbi pela colaboração no TCC.

À população do Bairro do Cipó, meu segundo lar. Obrigada à “dona”, minha interlocutora humana, à sua filha e filhos por sempre terem me recebido bem, aos seus demais familiares e vizinhos(as).

Aos colegas de trabalho e a todas as pessoas que em algum momento me ouviram falar a respeito deste trabalho.

Aos meus interlocutores não humanos, todos os cães do Bairro do Cipó que colaboraram com a minha pesquisa, mesmo que por um momento. Aos meus filhos pets Anjinho, Gato Cigano e Pretinho!!

Em especial aos meus amores Valdirene e Goda!!!

**Aos que não me entendem,
Meu lamento,
Espero que entendam
Algum dia.**

RESUMO

ROSA, Patrícia Santos da. **Etnografia de Mediações e Negociações entre Moradores Humanos, Agentes de Saúde e Cães na Periferia Urbana de Pelotas (RS)**: sobre guarda compartilhada, o direito à rua e os afetos multiespécie, 2019, 77f. Trabalho de conclusão de curso - ICH, UFPel, Pelotas, 2019.

Este trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Antropologia Social e Cultural apresenta a relação entre animais humanos e animais não humanos no Bairro do Cipó, localizado na periferia urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, onde trabalho como funcionária pública municipal, na área da saúde, desde 2008. Por meio da relação com as cadelas Valdirene e Goda estabeleço outras relações com os humanos no bairro, com a sua “dona”, sua família, seus/suas vizinhos(as) e os demais residentes. Manifestam-se, assim, ao longo da etnografia, outras formas de cuidados para além daquelas descritas na Lei Municipal da Guarda Responsável, em que não manter o animal em “casa” acarreta em punições legais, a partir da prerrogativa de separação entre humanos e outros animais, visando a segurança e a saúde de ambos. Tais políticas justificam a remoção dos animais do ambiente público, da “rua”, que não deixa de ser, para esses seres, espaço ambíguo, sinônimo de abandono, de perigo e local de oportunidade, de cuidado e de vida.

Palavras-chave: Humanos. Cães. Pelotas. Casa. Rua.

ABSTRACT

ROSA, Patrícia Santos da. **Ethnography of Mediations and Negotiations between Human Residents, Health Agents and Dogs in the Urban Outskirts of Pelotas (RS)**: issues on shared custody, the right to the street and multispecies affective relations, 2019, 77f. Trabalho de conclusão de curso - ICH, UFPel, Pelotas, 2019.

This undergraduate thesis written upon the completion of a Bachelor's Degree on Social and Cultural Anthropology presents the relationship between human and non-human animals in the neighborhood *Cipó*, located on the outskirts of Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil, where I have been working as a municipal civil servant in the health area since 2008. Through the relationship built with the female dogs Valdirene and Goda I establish other relationships with the humans in the neighborhood – their “owner”, their family, their neighbors, and other residents. Throughout the ethnography, other forms of care besides the ones described in the *Lei Municipal da Guarda Responsável* were observed. In this perspective, keeping the animal at “home”, for instance, entails legal punishments based on the prerogative of separation between humans and animals in order to keep their safety and health. Such policies justify the collection of animals from the public environment (the “street”), which is an ambiguous space for them: synonym of abandonment and danger, but also opportunity, care and life.

Keywords: Humans. Dogs. Pelotas. Home. Street.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I Apresentação do Tema.....	10
II Percurso da Pesquisadora.....	12
1 UNIVERSO DE PESQUISA E DISCUSSÃO METODOLÓGICA:	
ETNOGRAFIA DO BAIRRO DO CIPÓ	27
1.1 Contexto Bairro do Cipó.....	27
1.2 Pesquisa em Antropologia.....	30
1.2.1 Estranhando o familiar.....	31
1.2.2 Inserção em Campo.....	33
2 RELAÇÃO HUMANOS E CÃES	34
2.1 Encontro com a Valdirene e a Goda.....	34
2.2 Cuidar de Bicho é Cuidar de Gente.....	39
3 RUA/GUARDA COMPARTILHADA: A PERIFERIA E OS CÃES DE PELOTAS	42
3.1 Rua: Perigo e Estranhamento.....	42
3.2 Posse/Guarda Responsável.....	44
3.3 Cão Comunitário.....	52
3.4 Guarda Compartilhada da Valdirene e Goda: relativizar o olhar.....	55
4 A CIDADE E OS ANIMAIS	57
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	67

INTRODUÇÃO

Recebi uma ligação da “dona” das cachorras. Falou que elas estavam “se botando” nas pessoas. Era um domingo, estava num *camping*. Disse a ela que iria lá, na segunda. Fui e levei um remédio líquido, para acamá-las. Mas, como são grandes, iria acabar logo. Falei com a veterinária que me sugeriu ir à farmácia de manipulação para animais e fazer uma fórmula em cápsula. Liguei para a farmácia e mandei fazer sessenta (60) comprimidos, para dar 1 comprimido por dia, para cada uma. Retornei à casa da “dona” e deixei o remédio sob os seus cuidados. Logo retornei ao trabalho. Mais tarde, a “dona” me disse que deu a medicação e que as cadelas estavam mais calmas. Voltamos a nossa antiga rotina: elas me esperando pela manhã, eu dou carinho e ração. O que mudou em janeiro? Estava de férias. (Trecho diário de campo)

I Apresentação do Tema

Esta pesquisa visa à Conclusão de Curso de Bacharelado em Antropologia e objetiva discutir a relação entre animais humanos e animais não humanos, especificamente, as relações de humanos e cães, em uma periferia urbana da cidade de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, Brasil, na localidade identificada pelo nome fictício de “Bairro do Cipó”, onde sou funcionária em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), desde 2008, atuando como nutricionista na área da Saúde.

Ao longo da história, a domesticação dos cães e a presença da espécie como animais doméstico, estabelecendo atividades conjuntas com humanos, é antiga. Entende-se por animais domésticos:

espécie animal que, devido a processos tradicionais e sistematizados de manejo ou melhoramento zootécnico, passou a apresentar características biológicas e comportamentais em estreita relação com o homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que a originou. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 115)

Em alguns casos, o cão é considerado um *pet*, um animal de estimação. Segundo Pastori e Matos (2015, p.118) os donos de animais de estimação procuram “aquilo que alguns interlocutores nomeiam de “amor incondicional” – um amor que não falha, que é pura entrega e depurado de quaisquer equívocos, em uma palavra, perfeito”. Os cães muitas vezes residem com seu “dono”, fazendo parte da família, constituindo a família multiespécie, chegando a ter status de “pessoa”.

Em outros casos, ele é considerado uma “praga”, que se reproduz pela *rua*, representando uma ameaça aos humanos, por ser agente de contaminação de doenças, podendo atacar pessoas ou causar acidentes de trânsito.

O sujeito humano se tornou, para os cães, o seu salvador e o seu algoz. E a rua sua grande inimiga, já que nela os cães estão expostos a diversos perigos, inclusive à ação dos humanos e quando estão na rua, por pouco tempo sobrevivem. Para a defesa dos animais, existe a Lei sobre a Guarda/Posse responsável, que visa a proteção e regula as obrigações e os cuidados que devem ter os guardiões de cães e gatos para o bem-estar e saúde geral do animal – e dos humanos, por decorrência.

Levando em conta minha formação original, em Nutrição, não questiono a validade da regra da posse responsável, mas, sim, alguns pontos, bem como ela é onerosa, recaindo a responsabilidade dos cuidados exclusivamente para o guardião. Em dado momento, quando o cão adoecer e seu dono não tiver condições de arcar com todos os custos e não conseguir ajuda de alguém, como ficará sua classificação como tutor? De acordo com essa preocupação, trago, etnograficamente, algumas questões, por meio da minha relação com as cadelas Valdirene e Goda e sua “dona”¹, por intermédio de um olhar de perto e de dentro é possível contrastar algumas posições, onde o afeto e o cuidado com os animais põe o social em movimento. O que vemos e julgamos, em primeiro momento, não ser um cuidado com o animal pode sê-lo, mesmo que não seja aquele determinado na Lei.

¹ Minha referência a guardiã das cadelas como “dona”, entre aspas, é devido ao que é ainda usual. Quando me perguntavam: “Quem é o dono destes cachorros”? ou “De quem são”? E obviamente, por uma questão ética e de segurança optar por não identificá-la pelo nome verdadeiro.

Hoje, tenho uma outra ideia sobre o cumprimento ou não da Lei nº 6321/2016 que Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas. Com isso, destaco alguns fatores que impedem que se possa cumpri-la na íntegra e como é se dá sua tentativa de execução com o que se tem. Nestas reconsiderações, discorro sobre diferentes formas de cuidar.

No capítulo 1, apresento o *Universo de Pesquisa e Discussão Metodológica: etnografia do Bairro do Cipó*², onde abordo o contexto do bairro em questão, a partir da ideia de cidade e suas *margens*, bem como foi a realização da pesquisa, o uso do método etnográfico, o uso do diário de campo e a técnica de observação participante.

No capítulo 2, *Relação Humanos e Cães*, relato a etnografia do meu encontro com a cadela Valdirene e minha relação com a humana que chamo de “dona”, considerando os cuidados que dispensamos às cadelas em forma de guarda compartilhada. Demonstro que esta relação com as cadelas melhorou meu acesso ao bairro, às ruas próximas do meu local de trabalho, que são, também, as ruas de trajeto da Valdirene, e como me tornei conhecida por esta relação. Também proponho, uma reflexão sobre a opinião “Cuidar de Bicho é Cuidar de Gente”

No capítulo 3, *Rua/Guarda Compartilhada: A Periferia e os Cães de Pelotas*, realizo uma análise crítica em relação à Lei que regulamenta a guarda responsável, divulgada e difundida como defensora da vida dos animais domésticos, e que determina os cuidados que responsáveis pelos animais devem tomar para serem considerados bons tutores. Analiso, a partir da Lei, a negação do direito dos animais à rua, justificando guardar à segurança do animal.

Na Conclusão, capítulo 4, faço considerações sobre a cidade e os animais.

II Percurso da Pesquisadora

Após cursar o Curso de Química na ETEFPel, antiga Escola Técnica Federal de Pelotas, em 1994, atualmente Instituto Federal Sul-rio-grandense

² Bairro do Cipó é um nome fictício, criado para não ficar em evidência a localidade e o lugar onde trabalho.

(IFSul), Campos Pelotas, decidi prestar vestibular. Prestei vestibular na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), cidade onde nasci e sempre residi. Tinha uma afinidade pela área das Humanidades, mas, pensando no campo de trabalho futuro, fiz vestibular e ingressei no Curso de Nutrição. Em 1999 concluí o bacharelado.

De acordo com o site da UFPel, a área de formação em Nutrição³:

é reconhecida como o campo de conhecimento que investiga a relação homem-alimento mediada por situações historicamente determinadas que envolvem aspectos biológicos, sociais e econômicos, e o estudo dos processos decorrentes da ingestão de alimentos, da biodisponibilidade de nutrientes, bem como da produção, distribuição e consumo desses alimentos.

O objetivo do Bacharelado é formar profissionais com embasamento teórico e conhecimento técnico para o desenvolvimento de tarefas relacionadas à condição de saúde e nutrição do ser humano, individual ou coletivamente. O Conselho Regional de Nutricionista, ainda sobre a atuação do profissional Nutricionista, define em seu site⁴:

O nutricionista é um profissional com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que a alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexões sobre a realidade econômica, política, social e cultural.

Em 2000, fiz um concurso para a Prefeitura Municipal de Pelotas para o cargo de Nutricionista e, em 2003, fui chamada para trabalhar na Secretaria Municipal da Educação. Em 2008, encaminhei-me para a Secretaria Municipal da Saúde a fim de trabalhar na Unidade Básica de Saúde (UBS) do “Bairro do Cipó”, onde permaneço até hoje.

Dentre algumas das minhas atuações no exercício das atribuições de nutricionista no meu trabalho estão o atendimento individual e coletivo de aconselhamento e educação em alimentação e saúde em quaisquer das fases da vida do indivíduo, considerando assim, suas necessidades específicas, bem

³ Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/nutricao/nutricao/atuacao/>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

⁴ Disponível em: <<http://www.crn2.org.br/crn2/nutricionista/definicao-informacoes-gerais>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

como faço, orientações dietéticas específicas em tratamento de doenças para o auxílio da recuperação da saúde do indivíduo. Atuei durante muitos anos no Programa Bolsa Família, no Conselho Local de Saúde do Bairro e realizo visitas domiciliares a pacientes acamados e promovo ações no Programa Saúde na Escola (PSE). Atualmente participo da segunda etapa do Curso de Formação dos Educadores Ambientais Comunitários, realizado pela Empresa Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (Sanep) e equipe Acordar Treinamentos.

Reingresso na UFPel, em 2014, no Bacharelado em Antropologia, como portadora de título. Desejava qualificar minha prática profissional e, desde o início do curso, a questão da relação dos humanos e dos não humanos, humanos e cães, esteve presente. Esta questão despertava minha curiosidade pelas diferenças dos cuidados com os animais no Bairro do Cipó.

Desenvolvi meu primeiro trabalho de mesma temática (a relação entre humanos e animais) para a disciplina de Patrimônio Cultural, ministrada pela professora Dra. Louise Alfonso; o qual pude apresentar no XXV Congresso de Iniciação Científica, da II Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão, UFPel, em 2016, sob o título “*Seria a relação do povo pelotense com os cães Patrimônio?*” (anexo A). A escolha sobre o tema, também, contempla outros motivos: sempre estive familiarizada com cães, pois os tive em casa desde tenra idade. E, com a ideia de que Patrimônio é algo que nos faz sentido e que nos remete a uma memória afetiva, escolhi como objeto de estudo os cães na cidade de Pelotas. (ROSA, 2016). A partir da apresentação do trabalho, comecei a participar do núcleo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), que integra a formação do Bacharelado em Antropologia.

Ao entrar em contato com ONGs e conhecer a realidade de maus tratos e abandono dos cães e gatos, passei, com a ajuda de algumas pessoas, a cuidar dos cães no Bairro do Cipó, oferecendo amparo com alimentação, cuidados pós-operatórios, tratamento de sarna, ou encaminhando cães para castrações, adoção e auxiliando em resgate.

Em 2017, ao cursar a disciplina Antropologia e Meio Ambiente, ministrada pela professora Dra. Flávia Rieth e pelo doutorando Daniel Vaz Lima, tinha que desenvolver um trabalho que envolvesse, preferencialmente, o tema de pesquisa de TCC e relacioná-lo ao meio ambiente. Ainda não tendo escolhido o tema de TCC, fiz a respeito daquilo que observava há anos: os cuidados

dispensados aos animais no Bairro do Cipó, os animais. Apresentei a minha relação “mais íntima” com duas cadelas do bairro: a Valdirene e a Goda.

Inicialmente, não pretendia fazer deste assunto meu tema de TCC, pois tinha alguns receios; o trabalho realizado anteriormente com os cães havia me causado sofrimento, embora eu tivesse uma idealização de como deveríamos tratar os animais na cidade, deparei-me com uma realidade muito triste. Havia a preocupação de que algo acontecesse com as cadelas, já que eram três e uma havia morrido. Então, como eu continuaria meu campo com uma delas atropelada ou envenenada? No entanto, ao longo da disciplina de Antropologia e Meio Ambiente, percebi a importância do tema escolhido e o quanto eu já estava inserida em campo.

A partir deste momento, desenvolvo a ideia de guarda compartilhada entre a “dona” das cadelas e eu – no trabalho intitulado “*Guarda compartilhada de cadelas num bairro de periferia urbana na cidade de Pelotas*”, apresentado no XXVII Congresso de Iniciação Científica da 4ª Semana Integrada De Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão, UFPEL, de 2018 (anexo B). No processo de pesquisa percebi que algo havia mudado. A compreensão das relações no Bairro do Cipó, entre eu, a Valdirene, a Goda e a “dona” haviam modificado meu olhar, tensionado o sentido antropocêntrico da atuação na área da Saúde.

Ao conhecer e acompanhar as cadelas diariamente e me relacionar com sua família humana passei a repensar minhas certezas, de quem é de classe média, com condições de manter uma guarda responsável de acordo com a Lei e de quem tem uma formação acadêmica guiada por protocolos, e os executa, em uma atuação profissional do campo da Saúde. Entretanto, ao estar em campo, a partir da leitura sobre a relação entre humanos e animais na área da Antropologia, busquei entender melhor o contexto do Bairro do Cipó. Para Magnani:

o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (Magnani, 2009, p. 135)

Meu trabalho de TCC é baseado em diversas situações vividas entre mim e a “dona”, as quais se desdobram na relação entre mim, a comunidade e outros entes, envolvendo a presença das cadelas. A todo momento estou “negociando”. Não apenas com a “dona”, mas “negociando” a presença das cadelas no meu lugar de trabalho, onde cães não são bem-vindos. Para tanto, utilizo os cuidados da guarda responsável, e os divulgo. Elas são castradas, tomam vermífugo de três em três meses, coloco carrapaticida, dou vacinas anuais, antirrábica (imuniza contra a raiva) e óctupla (protege o animal contra 8 tipos de doenças), o que, de certa forma, intermedia minha presença nas ruas do Bairro do Cipó e, sobretudo, a presença dos cachorros da rua do Cipó no entorno da UBS.



Figura1 - Encontro com Valdirene e filhos/as ao lado da UBS.



Figura 2 – Valdirene e filhas Goda e Alemoa, no pátio da residência.



Figura 3 – Valdirene e filhas atentas. No pátio da casa.



Figura 4 – Ao centro, Valdirene e Goda com outros cães do bairro. No lado da UBS.



Figura 5 – Valdirene após banho na valeta.



Figura 6 – Valdirene e Goda na casa da mãe da “dona”



Figura 7 - Valdirene sozinha. Goda já adotada.



Figura 8 - Valdirene, de manhã cedo, sentada no local onde estaciono o carro. Aguardando eu chegar. Eu estava doente, mas preocupada com Valdirene. Foto tirada por uma colega, enviada por *whastsApp*.



Figura 9 - Valdirene esperando eu sair com o carro. Passo para o outro lado da rua e ela vai correndo atrás do carro até a próxima esquina onde me despeço e ela vai par a frente da casa da mãe da “dona”.



Figura 10 - Valdirene aguardando para seguir o carro.



Figura 11 – Eu e Valdirene. Valdirene desconfiada, na sala de espera da consulta com a veterinária.

1 UNIVERSO DE PESQUISA E DISCUSSÃO METODOLÓGICA: ETNOGRAFIA DO BAIRRO DO CIPÓ

Fui fazer uma Visita Domiciliar com uma colega, Agente de Saúde. Saímos. A Goda e Valdirene vieram atrás. Fiquei surpresa, porque a Goda vai até um certo ponto e sempre volta, pois tem medo de andar no bairro, mas, dessa vez, foi conosco. Quando ela via um cachorro na calçada ia para o meio da rua o que é perigoso, e, então, voltava para a calçada. Chegamos na casa e tinha uma cadela grande e outros cachorros na rua, que começaram a latir. Goda e Valdirene saíram. Quando terminou a visita, saímos para a rua. Pensei que elas tinham ido embora, mas não. Quando deixamos o pátio, e íamos caminhando, as vejo vindo correndo. Estavam deitadas pegando um sol, na esquina da rua da casa, longe dos cachorros. Faceiras, como sempre, a Goda pulando e me sujando toda. Nisto uma senhora que vinha no sentido contrário falou: *Elas estavam sentadas ali.* (Trecho diário de campo)

1.1 Contexto Bairro do Cipó

Conforme o artigo 3º da Lei Municipal Nº 5490⁵, o Distrito sede (zona urbana) da cidade de Pelotas/RS é dividida em sete regiões administrativas I- Três Vendas (TV), II – Barragem (BA), III – Fragata (FR), IV- Centro (CE), V – Areal (AR), VI- São Gonçalo (SG), - VII- Laranjal/Z3 (LA). O local do campo de pesquisa localiza-se na região V - Areal (AR). De acordo com a divisão geofísica, as regiões das áreas administrativas são conhecidas por bairros.

O Bairro do Cipó é bastante populoso, constituído na maioria por casas de alvenaria. Tem linha de ônibus, escolas, unidade básica de saúde, coleta de resíduos sólidos, uma boa estrutura de comércios: mercados, açougues, fruteiras, feira, bricks, ferragens, farmácia próxima, brechós, padarias, vidraceiros, costureiras, borracharia, lava carros, charreteiros, salão de beleza, restaurante de marmitex, pizzaria, lancheria, tele entrega, venda de gás e água

⁵ Lei nº 5490, de 24 de julho de 2008. Dispõe sobre a delimitação dos distritos do município de pelotas e das regiões administrativas do seu distrito sede (zona urbana), e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-pelotas-rs>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

mineral, moto táxi, uma empresa de reciclável particular e uma cooperativa de reciclável. Há, também, diversas igrejas, templos e terreiros de diversas denominações religiosas.

É um bairro de classe popular, na periferia urbana de Pelotas, onde se observa na rua diversos animais soltos, como cavalos, gatos, galinhas, patos, ovelhas, cabras, cabritos porcos e os cães, em maior número. Há ratos já que existem muitas valetas abertas na frente e na volta das casas para onde escoam a água da chuva. O esgoto não é canalizado. Ocorrem alagamentos das valetas e ruas, o que piora pela presença do lixo e de barro em dias de chuva, facilitando a disseminação de doença. Essa situação ocorre, também, onde está localizado o posto de saúde e escola, o que provoca uma contradição. No verão, a quantidade de mosquitos, pulgas, baratas, aranhas, escorpiões pretos, cobras e de carrapatos é enorme no bairro.

Poucas ruas são pavimentadas e com calçadas. Basicamente, as que fazem o trajeto do ônibus. Como em muitos locais da cidade têm resíduos mal acondicionados, deixados pela população em lugares irregulares, também, catadores que possibilitam acúmulo de objetos e resíduos.

Para solucionar o problema da falta d'água, que se agrava no verão, a Prefeitura Municipal de Pelotas, por meio do Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e PAC Saneamento do Governo Federal (Sanep), está construindo a nova Estação de Tratamento de Água (ETA), que abastecerá a cidade por mais 30 anos, tratando cerca de 500 litros de água por segundo e ampliando a distribuição de água para a população em até 50%.⁶

Há um grande crescimento imobiliário em áreas de campo, como a construção de condomínios do Programa de Habitação Urbana Minha Casa Minha Vida e de construtoras particulares, que impactam o bairro, mas que não trazem (ou causam) construção de escolas, nem de unidades básicas de saúde, nem em melhorias nas ruas como pavimentação causando um grande transtorno aos residentes nas ruas que se tornam o novo itinerário das linhas dos ônibus.

Um bairro com intenso fluxo de pessoas, animais, carros, motos, carroças, conhecido por sua violência, que apesar das construções dos prédios há partes do bairro em que temos a impressão de estarmos na colônia, parte

⁶ Disponível em: Institucional ETA São Gonçalo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VCTxmTm_jEA>. Acesso em: 22 jun. 2019.

rural do município. Assim, percebemos uma dinâmica, como nos diz Agier (2015, p. 483), ao etnografar às margens, numa Antropologia da cidade, que “não pretende reproduzir a oposição radical ou mesmo ‘ontológica’ entre a marginalidade e a centralidade em si”. Para o autor,

Muito ao contrário, eu pretendo descrever uma dinâmica, uma dialética, uma relação necessária e, por fim, certa continuidade entre uma e outra. Mais profundamente, eu desejo implementar um método que permita pensar a universalidade da cidade fora de qualquer pretensão normativa, ou seja, segundo uma concepção ao mesmo tempo epistemológica e política. Baseada em pesquisa etnográfica urbana, esta concepção defende a ideia de uma construção/ desconstrução de seu objeto “cidade”, rejeitando qualquer definição a priori da mesma enquanto ferramenta analítica. (AGIER, 2015, p. 483)

Agier, em todo seu trabalho, trata do fazer a cidade, do direito dos cidadãos às cidades, sempre a partir da relação dos humanos na cidade, que se movimenta, que é dinâmica. Aborda diversas temas, como gênero, política, étnica, família e parentesco, violência, todos voltados à relação de humanos e humanos. Não li nenhuma menção à relação de humanos com os não humanos, os animais.

Sei bem, é claro, que não é foco do trabalho do autor, mas uma vez que trata das relações na cidade, chama a atenção essa ausência da presença dos animais na cidade em Agier. Parece que há apenas humanos, dando a impressão que os gestores têm razão em pensar/agir como se as cidades não fossem lugar de animais. Parece-me que esses não humanos (cães, gatos, cavalos, ovelhas) estão, mais ainda, às margens. Não é à toa que é nos bairros que os vemos transitando livres, mas não livres daqueles que os querem esconder, das justificativas, das leis e tudo o mais que vai oprimindo seus humanos a “escondê-los”.

Fica mais claro de perceber como o autor pensa a cidade quando nos traz o que diz Lévi-Strauss. A cidade seria “coisa humana por excelência”, a cidade é a “forma mais complexa e sofisticada da civilização”, “e, também, o lugar de uma individualização extrema e de um esbatimento dos limites sociais, atingindo um inapreensível caos.” (AGIER, 2011, p. 36-37)

No entanto, Agier nos dá a possibilidade de pensar uma cidade diversa a partir das relações dos cidadãos:

ao falar em cidade *bis*, eu quis dizer que era possível “desenhar” uma cidade múltipla, partindo do ponto de vista das práticas, das relações e das palavras dos cidadãos tais como o próprio pesquisador as observa, as coleta e anota, direta e situacionalmente, e que esta cidade não é menos real que aquela dos urbanistas ou dos administradores. É outra. (AGIER, 2015, p. 486)

Os animais não humanos fazem parte da vida cotidiana dos humanos nas cidades, tanto no centro quanto nos bairros, os consideram pragas e indesejáveis, como ratos, baratas, carrapatos, morcegos, da mesma forma para os de trabalho, como os cavalos e as mulas, e os de companhia, como os cães e gatos. Além desses, as aves e todo o ecossistema parece não existir na cidade dos humanos de Agier.

Argumento pela importância da presença dos animais da cidade, pois não tem como essa relação não ser vista ou tampouco passar despercebida pelos antropólogos. Entendemos que entre humanos e, no caso, os cães, nas ruas, dentro de casa e dos apartamentos faz parte da nossa rede de sociabilidade, por eles, e por meio deles, estabelecemos relações humanas positivas e negativas, nos identificamos e criamos laços afetivos com humanos e não humanos.

E, assim, essa relação de humanos e não humanos é, atualmente, motivo de estudo dentro da Antropologia. Muitos estudos etnográficos relacionados a *pets* têm como recortes as classes sociais médias e urbanas (SEGATA, 2012; PASTORI, 2012; MATOS, 2012, LEWGOY et al, 2015, OSÓRIO 2016) com pouco destaque para as classes populares. Nesse sentido, este trabalho realizado no Bairro do Cipó, busca refletir sobre as relações que humanos e animais compõem nesses espaços, com destaque para a discussão da guarda compartilhada.

1.2 Pesquisa em Antropologia

O método utilizado foi o método etnográfico de pesquisa que, como nos afirma Victora (2000, p. 53), “é um conjunto de concepções e procedimentos utilizados tradicionalmente pela antropologia para fins de conhecimento científico da realidade social”. A autora nos fala da importância do contexto social na

compreensão e explicação dos comportamentos humanos, por meio das práticas sociais percebemos os valores que as motivam.

Pelo convívio do antropólogo com seus interlocutores, no ambiente social onde estes residem, o pesquisador vivencia com o outro situações cotidianas, o que possibilita o reconhecimento de diferentes modos de vidas. O contato pessoal com o antropólogo, base do método etnográfico, possibilita o estudo da subjetividade, daquilo que é referente ao sujeito interlocutor (FONSECA, 1999).

É como num *insight*, pela etnografia reorganizamos os dados percebidos aos pedaços, informações ainda dispersas em uma nova ordem – que não é mais aquela de nossos interlocutores, mas que dele partiu, que o leva em conta e foi por ele provocada, nem, tampouco, com aquela de quando iniciamos a pesquisa. Essa nova organização tem um pouco de cada, mais geral que as particularidades do contexto de nossos interlocutores e, assim, pode ser aplicada em outras situações, sendo mais denso que o esquema teórico inicial do antropólogo, já que está enriquecido e fundamentado em bases concretas vividas (MAGNANI, 2002).

Magnani (2012, p. 175) menciona os cuidados ao se usar a etnografia, já que, como método, foi forjada pela Antropologia, ao longo da sua formação, “e não pode ser utilizada, sem mais, ignorando os diferentes contextos teóricos que lhe dão fundamento. Se não, ela passa de método a ferramenta, sendo empregada de maneira trivial, rasa”. O tempo, a bagagem teórica, a vontade e disposição de ver além do aparente mostram a importância da etnografia.

Assim, o método etnográfico proporcionou-me o tempo para observar em campo as práticas das pessoas com seus cães, e com cães em situação de abandono no local onde as pessoas moram, bem como tentar compreender os valores que as motivam, em comparação com a relação que estabeleço com os animais que cuido.

1.2.1 Estranhando o familiar

O estudioso bem preparado teoricamente para desenvolver sua pesquisa realiza o trabalho de campo e entra em contato direto com o seu objeto de estudo e, assim, pode vivenciar muitos dilemas, problemas e paradoxos a ele

apresentados – uma vez que a diversidade humana, e tudo que ela permite abarcar, produz choques culturais, problemas de tradução e dilemas de mediação.

É o *estranhar o familiar* de DaMatta, já que “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1986, p.126) e onde “o meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. [...] Em princípio dispomos de mapas mais complexos e cristalizados para nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes ou afastados” (VELHO, 1986, p.128). Como mencionei, apesar de ir todos os dias para a localidade, havia muita curiosidade de entender algumas posturas, escolhas, enfim, que de tanto ouvir acabamos caindo nas explicações do senso comum, que “se os cães estão na rua é porque os donos não cuidam bem dos seus animais”. Será mesmo?

Sobre o pesquisador, Victora (2000, p. 55) nos fala sobre a dualidade em campo, pois “precisa estar ao mesmo tempo *próximo* e *distante* do grupo estudado” e que “o pesquisador enfrenta o problema de transitar entre dois mundos: o acadêmico-científico e o do grupo pesquisado”. Nunca impedi as cadelas de me procurar, nunca impedi o acesso delas nem as enxotei; o acesso delas a mim sempre foi livre e de livre vontade. Quando elas não apareciam, eu ficava preocupada, sentia falta delas e as procurava. De vez em quando, ia na casa da “dona”, mas, agora, com o portão fica mais difícil de acessar à casa, então, vou mais à casa da sua mãe, mais próxima ao posto e de mais fácil acesso. Quando a “dona” acha necessário, entra em contato comigo por *WhatsApp*. Quando tem um feriadão ou fico mais dias afastada, envio mensagem para saber como estão.

Apesar de minha experiência com as cadelas e a “dona” ter proporcionado uma relativização de minha prática enquanto nutricionista, no momento em que estava transitando nos dois mundos, acima citados, nunca deixei de ser uma agente do estado (que trabalha em uma UBS) porque quaisquer ações de minha parte no campo de pesquisa, envolvendo a “dona” e as cadelas, poderiam ter consequências neste. Por exemplo, se as cadelas mordessem alguém, como quase aconteceu, eu seria envolvida e em parte responsabilizada porque elas vêm ali porque “a *nutricionista dá comida*”. Foi

quando tivemos que doar a Goda, pois a Valdirene só atacava na presença dela, decisão tomada pelas donas das cadelas. Qualquer pessoa que fosse reconhecida como responsável por elas seria responsabilizada, mas o fato de ser uma funcionária pública teria outras consequências.

Victora (2000, p. 57) fala, também, que “quanto mais *olhares* se puderem inventariar no curso do trabalho de campo, melhor, pois, mais o contraditório se manifesta, mais a diversidade se faz presente”. Sobre esse estranhamento, Magnani afirma que:

à sua maneira – com ênfases diferentes – cada uma dessas paráfrases, entre outras, deixam entrever alguns núcleos de significado recorrentes: o primeiro deles é uma atitude de estranhamento e/ou exterioridade por parte do pesquisador em relação ao objeto, a qual provém da influência de sua cultura de origem e dos esquemas conceituais de que está armado e que não é descartada pelo fato de estar em contato com outra cultura e outras explicações, as chamadas “teorias nativas”. Na verdade, essa co-presença, a atenção em ambas é que acaba provocando a ambiguidade, a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada. (MAGNANI, 2002, p. 16)

Foi o que procurei fazer ao longo do tempo, em cada conversa com quem me parava para tratar sobre as cadelas, ouvir os parentes e vizinhos da “dona”, que me perguntavam sobre o que fazer com seu bichinho que estava doente. Pelas minhas andanças pelo bairro, a cada história que ouvia, entendia novos significados.

1.2.2 Inserção em Campo

Em campo, não fazia uso de gravadores ou de câmeras fotográficas, pois quando me desloco no bairro nunca o faço com celular ou portando objetos de valor. De vez em quando, quando próximo à UBS, tirava foto das cadelas. Magnani (2012, p. 176), apesar de reconhecer a importância do uso de instrumentos como gravadores de celulares ou filmadoras, recomenda “o velho e bom caderno de campo, nosso instrumento, que cabe no bolso”.

Anotava em campo, na caderneta, o que olhava. Descrevia o lugar, as pessoas, o tempo, os objetos, o que ouvia, os relatos dos interlocutores, mas, também, aquilo que não é dito, aquilo que é sentido, subentendido, apreendido e aprendido. Após a coleta descritiva, de preferência no mesmo dia, para que

não perdesse nenhum detalhe, transcrevia para o diário de campo nossas experiências em campo, com clareza e riqueza de detalhes e também minhas sensações, sentimentos e impressões sobre os fatos e acontecimentos.

Como afirma Magnani (2012, p. 116), “como se sabe, não se vai a campo com uma teoria já pronta, sem estar disposto a ser afetado, como hoje se diz. Este “ser afetado” também aparece no caderno, depois no relato e, ainda, na monografia final”. O que vai ao encontro no que nos diz Velho (2008, p.123) quando menciona que “a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada”. Segundo o autor:

insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia. (VELHO, 2008, p. 123-124)

Utilizei dentro do trabalho de campo a observação participante. Segundo Velho (2008) a Antropologia identificou-se, sem exclusividade, com os métodos qualitativos de pesquisa, onde a observação participante, a entrevista direta e o contato pessoal com o universo a ser estudado torna-se sua marca registrada.

2 RELAÇÃO HUMANOS E CÃES

Comentaram comigo que acharam a Goda triste. Engraçado, a colega veio e me disse: “Olha, a cadela tá triste, acho que está doente”. Fiquei preocupada. Na hora de ir embora, vi a Goda. Também a achei triste. Então, fui até a casa da “dona” que me disse que era porque a Valdirene “dava nela” e não deixava ela comer. Porque, também, tinha ciúmes do cachorro pequeno. (Trecho do diário de campo)

2.1 Encontro com a Valdirene e a Goda

Estava no carro quando conheci a Valdirene. Ao chegar à rua principal do bairro próximo ao meu local de trabalho vi quando uma cadela, a Valdirene,

atravessava a rua asfaltada, com vários filhotes atrás dela. Fiquei apavorada, pois essa rua é muito perigosa. Quando cheguei, pedi ajuda para colegas e descobrimos de quem eram. Fomos até lá, uma colega e eu. Conversamos com a “dona”. A maioria dos filhotes estava doente, com cinomose, o pátio estava contaminado.

Não sabia, mas aí era meu primeiro contato com minhas interlocutoras humanas e não humanas. Acho importante fazer algumas considerações. Mesmo, conscientemente, não tendo a preocupação da pesquisadora em estabelecer um bom primeiro contato com a sua interlocutora, sem querer, tive esse cuidado, no sentido de tratar com ela para que nos recebesse bem e aceitasse nossa ajuda em relação às cadelas e nossas sugestões. Colocamos os filhotes dentro de casa, já que não tinham casinha.

A “dona” e sua família receberam muito bem nossas sugestões com relação aos cuidados das cadelas. E, a partir daí, fomos estabelecendo uma relação. Ela nunca me pediu nada em relação à UBS, nenhuma “facilidade”, remédio, consulta, somente informação. E eu nunca ofereci vantagem. Nossa relação se estabeleceu em função das cadelas. Conversamos sobre saúde, ela me fala quando está doente, quando vai na médica, eu pergunto como ela está. Conversamos sobre o bairro, ela me fala sobre os filhos. A mãe dela gosta muito de mim.

Salvamos alguns dos filhotes, outros morreram da doença, alguns foram adotados e vivem até hoje, outros acabaram morrendo depois. Ficaram três filhotes na casa. Um, que não pegou a doença, morreu atropelado e, outra, a Alemoa, também morreu, não ficamos sabendo de quê.

O cão ter “dono” e estar na rua é conflituoso. Para muitos, inclusive conforme a Lei Municipal nº 6321/2016, a situação é contrária ao que se considera de “cuidado” ao animal, a chamada “posse responsável”. Pensando da mesma maneira, na época, a situação me gerou alguns desconfortos e revoltas. De acordo com a classificação do Programa de Zoonoses Região Sul (V.II, 2011, p. 124), elas seriam classificadas como “animais semi-domiciliados”, que possuem um responsável, mas continuam com livre acesso à rua. Isso ocorre, é verdade, não por falta de interesse da “dona”, mas, sim, por “rebeldia” das cadelas, por elas quererem viver com liberdade, não se sujeitarem de jeito nenhum a estarem presas ou contidas.

Quando presas em coleiras, pois não tinha pátio fechado, latiam, incomodando os vizinhos, o que obrigava a “dona” a soltá-las. Além de colocá-las em risco, pois elas faziam de tudo para se soltar, então podiam se machucar. E, também, não é recomendado deixar o animal preso em correntes ou sem terem momentos soltos para se exercitarem e brincarem.

Esta situação nos causava preocupação, pois elas saíam latindo atrás das bicicletas. Algumas pessoas ameaçavam matá-las, dar-lhes veneno. Ao mesmo tempo que me causava uma admiração por elas, porque insistiam em viver como queriam, em liberdade, não se sujeitando à vontade dos humanos. Quando conheci a Valdirene ela era totalmente arredia e desconfiada. A relação mudou a partir de um episódio em sua castração.

Entrei em contato com uma protetora para a castração da Valdirene e filhas – Goda e Alemoa. A protetora marcou com a SOS Animais, uma castração gratuita, em convênio com a prefeitura. No dia, a “dona” foi levá-la de carona e aconteceu que a Valdirene acabou fugindo perto do local da castração. Disse-me a “dona” que ela fez xixi no banco do carro e o dono gritou com ela; como a Valdirene detesta que gritem com ela, ao descer do carro, saiu correndo. Não conseguiram pegá-la. Quando fiquei sabendo, não aceitei a situação e no mesmo dia fui procurá-la próximo ao local indicado. E não a encontrei. Mais uma vez a ideia de Valdirene estar sozinha na rua me causou preocupação, mais uma vez me preocupei com aquela ideia difundida de que o animal não sabe viver sozinho e que a rua é perigosa.

Divulgamos no *Facebook*, na esperança de que alguém a encontrasse, mas nada. Dois dias depois, indo de carro com meu marido para o centro, vi Valdirene na calçada, próxima a um hipermercado. Gritei: *É a Valdirene!* Era uma rua de mão dupla, difícil de estacionar. Quando consegui, ela havia sumido outra vez. Desisti de ir ao centro e fiquei procurando. De carro, a pé, nos bairros próximos. E nada.

Continuamos a procurá-la, de carro. Andamos, andamos e, quando estávamos perto de desistir, passamos, mais uma vez, pelo local onde a havia visto primeiramente. Então, eu a vi. Desci do carro e fui em direção a ela, bem devagar, com medo de que ela fugisse. Disse: *Valdirene*. Ela me olhou. Peguei-a no colo. Fomos para o Bairro do Cipó e, chegando lá, a cadela reconheceu sua casa. Foi correndo, chorando até onde estavam os filhotes.

No outro dia, quando a reencontrei, percebi que algo havia mudado. Ela passou a ser minha grande amiga e a confiar em mim nos cuidados dados aos seus filhos e a si. Era como se fosse uma prova de confiança. Com o tempo, Valdirene e Goda passaram a me esperar todos os dias, pela manhã, em frente ao trabalho. Quando abria o carro, elas estavam na porta, choramingando, faceiras. Ganhavam carinho e sempre lhes dava ração. Na maioria das vezes, elas entravam comigo para o pátio e lhes dava ração e água ali mesmo. Muitas vezes comiam, outras vezes não. E ficavam lá. O que sempre queriam era carinho. Podia chover e elas sempre estavam lá, me esperando, às vezes, molhadas.

Onde eu ia elas iam junto. Na padaria, no açougue, na feirinha, em visita domiciliar. A Goda ia até um certo ponto e logo voltava, pois tinha medo dos outros cachorros. Já a Valdirene ia na rua que fosse e na distância que fosse; ia e voltava comigo. A Goda sempre foi muito medrosa, parecia não ser uma cadela que iria se adaptar ao “estilo de vida” da mãe. Acho que por isto, o máximo de tempo que podia, ficava comigo. Sentia-se segura quando estávamos juntas e fora dali teria de se defender sozinha e acho que ainda não sabia, era meio agressiva e acabava, também, sendo agredida.

A Valdirene passeava, andava por aí, depois voltava. Na hora de eu ir embora, elas estavam lá, as duas. Conversava com elas, ganhavam carinho e daí eu entrava no carro e elas começaram a ir atrás. Então eu atravessava a rua principal de carro e ia até a casa da mãe da “dona”, com elas correndo atrás e eu as chamando. Era muito divertido. Deixava-as em casa para que não corressesem atrás do carro outra vez e mais longe.

Tenho, do mesmo modo, mais contato com moradores quando ocorre conflitos por elas saírem atrás de motos, bicicletas e pessoas. Por isso ameaçam-nas, dizendo para mim que vão dar veneno, outras, no entanto, querem saber se elas são minhas ou se têm *dono*. Minha condição de funcionária da Saúde e lidar com cadelas da rua, consideradas *sujas, fedorentas, sarnentas, ferozes*, faz parte do que chamo de “minhas subversões”.

Algumas pessoas ficavam tão surpresas ao verem elas me esperando que me paravam para conversar sobre elas. Aí comentavam sobre seus animais. Tinha quem achasse que elas iam lá só porque eu dava comida, que elas estavam interessadas em comer ração, ainda mais se as chamavam ou

tentavam se aproximar delas e, por não terem ração consigo para oferecer no momento, achavam que por isso elas não se aproximavam ou evitavam contato. Não concordo, definitivamente, com esse pensamento, já que nem sempre elas comiam, pois estavam alimentadas pela “dona”, mas sempre queriam carinho. Ocorre-me a seguinte reflexão: por que as mesmas pessoas não pensam assim em relação aos seus *pets*? Os animais dessas pessoas procuram seus donos apenas nos instintos básicos? Por água e comida? Será que quem afirma isso pensa que, devido aos animais estarem na rua, não podem ter o mesmo grau de afinidade, de relação ou, talvez, de inteligência que se atribui aos outros cães, os de estimação? Por serem animais que ficam mais na rua, seriam considerados cães “selvagens”, sendo guiados apenas pela necessidade biológica, em “estado de natureza”? Que estão apenas em busca de sua sobrevivência, sem atentar para outros níveis de relação?

Mencionei que Pastori e Matos nos fala do amor incondicional que os donos de pets mencionam receber, mas elas também nos dizem que os que ajudam os animais de rua também alegam receber esse amor incondicional.

“Em várias passagens do trabalho de campo, escutamos que receber o carinho de um animal, que expressa em seu olhar o agradecimento pela ajuda e acolhimento, torna-se “impagável”.” (PASTORI; MATOS, 2015, p. 126).

Eu nunca classifiquei o sentimento da Valdirene, da Goda ou de qualquer dos animais que ajudei como amor incondicional, nunca nem pensei nisto, mas a foto da **figura 8** (p. 23) onde a Valdirene está sentada de manhã cedo me esperando é a prova de um grande afeto.

Ingold (2007, p. 1-2) nos fala que as ideias e as maneiras como os humanos agem em relação aos animais é tão variável, como variável é a maneira dos homens de se relacionarem entre si, o que demonstra as diversas tradições culturais, as quais caracterizam formas criativas de configurações entre humanos e não humanos. Conforme Ingold nos explica que:

então, embora como membros de uma espécie particular os seres humanos pertençam inquestionavelmente ao reino animal, eles também são vistos como incorporando duas condições contrárias, às quais o pensamento ocidental atribuiu os rótulos de animalidade e humanidade. Desses rótulos, o último aponta para o *status* do ser humano particularmente como uma pessoa, um agente dotado de intenções e propósitos, motivado em suas ações por valores e uma consciência moral. A ambiguidade conceitual não é um acidente;

reflete uma crença amplamente aceita segundo a qual (com exceção dos animais quase humanos como os de estimação) ser uma pessoa é um estado que está disponível apenas para os indivíduos da espécie *Homo sapiens*, estando ambas – a condição moral e a classificação biológica – fundidas sob a única rubrica de “humanidade”. (INGOLD, 2007, p. 8, grifo do autor)

Se as ações vierem de humanos, elas são consideradas intencionais, se vierem de animais, tenta-se explicar como resposta de um mecanismo biológico geneticamente determinado. Para o autor:

os cientistas, em suas tentativas de dar conta das performances frequentemente muito complexas e variáveis de outras espécies, evitando transgredir as fronteiras convencionais da animalidade, foram forçados ou a simplificar suas descrições sobre o que os animais fazem, omitindo certos detalhes perturbadores, ou a propor mecanismos, os mais tortuosos e enrolados, para explicar o que geraria os padrões observados. (INGOLD, 2007, p. 9)

Ao longo do tempo, o homem tem buscado se diferenciar, ou, melhor, se distanciar, dos animais. Se perguntarmos a diferença entre humanos e animais, muitas pessoas dirão que os animais não falam, não se comunicam, não pensam e não têm consciência dos seus atos, como nós. Ou seja, eles não fazem por mal, são inocentes, não pensam e não têm consciência de que agiram errado. Tratando dos cães, por exemplo, alguns dizem que eles são como crianças, não sendo responsáveis pelos seus atos. Em outras situações, quando os humanos cometem crimes que causam comoção popular por sua brutalidade, logo alguém adverte que ele não é um ser humano, isto é, que é um “animal”, um alguém que age por instintos, sem razão ou é incivilizado.

A consciência não deve mais ser vista como a capacidade de gerar pensamentos, mas como um processo ou movimento do qual os pensamentos são um subproduto não essencial desta. Assim, mesmo que os animais não pensem, ou seja, não façam planejamento dos seus atos e não consigam como os humanos avaliá-los, relatá-los ou fazer uma retrospectiva, eles *agem*, tem consciência dos seus atos, possuem particularidades, vivem e sentem dor como nós (INGOLD, 2007).

2.2 Cuidar de Bicho é Cuidar de Gente

Entrevistei algumas protetoras de animais no primeiro trabalho que fiz como estudante de Antropologia. Uma delas, fazendo referência à importância de cuidar dos cães e gatos, disse-me que “cuidar de bicho é cuidar de gente”, e que este é um importante argumento que deveria ser levado em consideração pelo Poder Público, a fim de ampliar os investimentos nos cuidados com os animais e no auxílio às ONGs que os cuidam, pois considera que estas realizam um trabalho de saúde pública.

Compreendo que se utilizem ideias como essa enquanto artifício político, para justificar o investimento do dinheiro público e ter o apoio da população, mas isso não desenvolve nas pessoas a consciência dos cuidados com os animais não humanos. Pode, até mesmo, reforçar a ideia de que cães e gatos são, na verdade, um problema de Saúde Pública, um vetor potencial de “doenças”.

Além disto, o objetivo principal daqueles que adotam os animais ou dos que ajudam a tirar os animais das ruas não é visando à Saúde Pública, mas, sim, ao bem-estar do animal. Justificar os cuidados com a saúde dos animais porque vai reverter em cuidados com saúde dos homens é uma ideia antropocêntrica. É colocar o homem no centro dos cuidados.

De acordo com Caetano Sordi e Daniel Lourenço, em entrevista ao Instituto Humanitas, da Unisinos, em 2012⁷:

O antropocentrismo coloca – como o próprio nome diz – o homem no centro do universo. As coisas passam a ser consideradas em função de uma única espécie, tomada como excepcional. É interessante notar que o antropocentrismo não exclui totalmente a subjetividade do mundo dos animais não-humanos; mas, mesmo reconhecendo que ela exista, coloca-a em perspectiva desde o ponto de vista humano, que é tomado como ideal. Assim, os animais podem ser escalonados desde o nível de quase-objeto – insetos, por exemplo – até o de quase-humanos (mamíferos, primatas, etc.) abrindo margem, evidentemente, para todo tipo de objetivação. Seja ela absoluta ou relativa.

Cuidar de bicho é cuidar de gente seria a escolha do título do meu trabalho, mas, posteriormente, dei-me conta de que a mensagem está dentro de uma ideologia de dominação guiada pelo antropocentrismo, quando decidi

⁷ "Haveria sociedade humana sem a participação dos animais?". Entrevista especial com Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias e Daniel Braga Lourenço. Revista IHU on-line. Disponível em: **REVISTA INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS** <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505942-haveria-sociedades-humanas-tal-qual-nos-as-conhecemos-sem-a-participacao-dos-animais-entrevista-especial-com-caetano-kayuna-sordi-barbara-dias-e-daniel-braga-lourenco-> Acesso em: 14 jun. 2019.

converter em um capítulo do trabalho. Qual a base científicista que embasa a afirmação “cuidar de bicho é cuidar de gente”?

A Organização das Nações Unidas, no site Nações Unidas no Brasil (NUBR), conceitua zoonose como “doenças que animais vertebrados, como o boi ou cachorro, podem transmitir, naturalmente, para o homem. Dos 1.415 organismos e agentes causadores de infecções entre os humanos, 61% podem chegar ao nosso organismo por esses animais, segundo o site.

Especificamente, cães e gatos são animais doméstico fonte de diversos agentes, como raiva, larva migrans cutânea e visceral, leishmaniose visceral, leptospirose, toxoplasmose (gatos), micoses e verminoses. Os cães são importantes na transmissão da febre maculosa aos humanos, devido a trazerem para os humanos os carrapatos contaminados, conforme o Programa de Zoonoses da Região Sul 2010, 2011.

Assim, ao cuidar da saúde de cães e gatos está-se prevenindo as chamadas zoonoses, doenças transmitidas dos animais aos homens, evitando o sofrimento destes animais e a disseminação da doença entre os animais. Esse cuidado com a Saúde Pública é uma atribuição do Poder Público e, além da atuação que já existe, do profissional médico veterinário, nas secretarias de saúde, quero destacar a ação do médico veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).⁸

Regulamentados pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, os núcleos são compostos por equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (ESF), as equipes de atenção básica para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais) e com o Programa Academia da Saúde.

O mesmo site do Ministério da Saúde nos diz que “a composição de cada um dos NASF será definida pelos gestores municipais, seguindo os critérios de prioridade identificados a partir dos dados epidemiológicos e das necessidades locais e das equipes de saúde que serão apoiadas”.

Segundo Lange (2014, p. 16-17), os médicos veterinários nas equipes dos NASF têm o importante papel de transformação de consciência social e

⁸ Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/nucleo-de-apoio-a-saude-da-familia-nasf>> Acesso em: 25 jun. 2019

ambiental da população na qual trabalha, têm a função de atuar na saúde das pessoas, dos animais e do ambiente. Seu conhecimento sobre diversas doenças transmitidas entre homens, animais e ecossistema (as zoonoses) e doenças transmitidas pelos alimentos faz deste um importante profissional na equipe multiprofissional. Em relação aos cães, os médicos veterinários agem em diversas frentes, como “educação para posse responsável, identificação e encaminhamento de cães para esterilização, estímulo à adoção de animais e punição aos maus-tratos”. Pode, também, desenvolver capacitações na equipe Estratégia da Saúde da Família (ESF), em especial dos agentes de saúde. E, por fim, atua na comunidade, em relação a animais diversos e uso de pesticidas e medicamentos veterinários.

3 RUA/GUARDA COMPARTILHADA: A PERIFERIA E OS CÃES DE PELOTAS

Está acontecendo uma coisa interessante. Dentre os outros cães que aparecem por causa da ração, tem dois, eles vêm juntos, é um preto com marrom e um branco com preto e marrom que se destacam. Eu brinco que eles querem ser a versão masculina da Valdirene e Goda. Não sei, mas eles começaram a agir de forma semelhante a elas. Além de quererem a ração delas – e isso gera um stress –, eles querem carinho, querem ficar deitados no pátio da UBS e até já me esperaram chegar, um do ladinho do outro, deitados encostados na parede do posto e às vezes me seguem onde vou. Acho que eles têm dono porque são bem cuidados e vêm só de vez em quando. (Trecho Diário de Campo)

3.1 Rua: Perigo e Estranhamento

A principal rua asfaltada do Bairro do Cipó é muito perigosa e ainda sinto um desespero quando vejo um cão tentando atravessá-la, devido ao alto fluxo de veículo, geralmente, em alta velocidade.

Os cães devem ser mantidos longe das ruas; essa mensagem é frequente e está baseada nos discursos higienistas, os quais pretendem manter os animais longe dos humanos, demonstrando, assim, que as ruas e os espaços públicos não são espaços livres para eles, porque representam um perigo para

humanos, podendo-os atacar e causar doenças. Animais são “sujos”. E, considerando a posição do animal na rua, podem ser atropelados e sofrer maus-tratos, ou causar acidentes, sendo toleráveis nas ruas apenas quando estão com os “donos”, em passeios com seus *pets*, em guia, recolhendo suas fezes e apenas em determinados locais.

DaMatta (1985, p. 27) nos diz que “nas cidades brasileiras, a demarcação espacial (e social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora”. Para o autor, na sociedade brasileira, a casa e a rua são espaços onde se permite viver a vida social e que não se pode confundir, impunemente, a casa com a rua e nem rua com a casa. “Há regras para isso” (1985, p. 46).

Dentro dessa demarcação, quem deixa o cão na rua é como se transformasse a rua no pátio de sua casa. E qual a punição para quem deixa seu cão livre nas ruas? É considerado um mau tutor. Se o cão causar qualquer tipo de dano, o “tutor” será punido por deixar o animal solto, além de arcar com os custos do dano causado.

DaMatta (1985, p. 17) nos explica que “não há dúvida que fica cada dia complicado viver numa sociedade onde se tem uma cidadania em casa, uma outra no centro religioso e outra ainda – essa tremendamente negativa – na rua”. Segundo o antropólogo:

se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim de tudo aquilo que se soma e define a nossa ideia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao “governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso. (DA MATTA, 1985, p. 48)

A rua é o espaço do cada um por si e Deus por todos. É o local do individualismo, das contradições, dos direitos individuais negativos, onde não há um controle social rígido e onde podemos estar próximos de um conflito social. Apesar das definições dos espaços casa/rua, DaMatta comenta que não existe uma oposição estática, absoluta, ao contrário ela é dinâmica e relativa. Assim, podemos encontrar grupos de pessoas que têm a rua como sua moradia, nela pode haver sujeitos que atuam como meliantes e que em casa são pais de família. Assim como são abundantes os dramas que ocorrem com as famílias, onde o espaço sagrado da casa é violado (DAMATTA, 1985).

Como nos aponta o autor, a rua é o local onde até mesmo o homem de bem, pai de família, pode se transformar numa pessoa perigosa, por exemplo, ao dirigir seu carro em alta velocidade na rua principal do Bairro do Cipó, quando colocam a vida de todos em risco, humanos e não humanos, como são muitos os casos dos motoristas que trafegam naquela rua.

O perigo que a rua representa é apontado, também, por Osório (2016, p.57). “No âmbito da rua, ou seja, abandonado, o animal sofre. Esse sofrimento animal é visto como de responsabilidade humana tanto na sua origem quanto na sua solução. Se a rua é sofrimento, a adoção é sinônimo de amor [...]”. Como vimos, a última afirmação nem sempre é verdadeira, pois alguns animais que são adotados, antes abandonados, voltam a ser largados a sua própria sorte e outros animais maltratados ou não que ainda não foram abandonados podem sê-lo.

A afirmação de que adoção é sinônimo de amor vai ao encontro à ideia de que a casa é local de amor e carinho, como nos disse DaMatta, porém o autor ponderou, também, que essa dinâmica pode ser violada, acarretando diversos dramas sociais. Dramas que ocorrem tanto na relação entre humanos quanto na relação humanos e não humanos, como nos dizem Faraco e Seminotti (2006, p. 66): “a crueldade com animais pode estar associada a violência doméstica entre membros de uma família”.

É importante lembrar que todo cão, esteja ele na casa, na rua; seja ele um pet, um semidomiciliado, um cão comunitário ou um cão abandonado, todos são cães domésticos (vide conceito página 8).

O ponto importante, aqui ressaltado, é se a presença dos animais nas ruas é intencional, por negligência ou “maldade”; ou, ainda, por falta de condições de melhores cuidados dos “donos”, já que, em alguns casos, faltam recursos para a manutenção da família humana, bem como, ainda, a condição de existência para alguns cães, que se sentem livres ao andarilharem por aí, na rua, impondo essa vontade aos seus “donos”.

3.2 Posse/Guarda Responsável

Sobre a posse responsável e o momento histórico do seu surgimento Osório nos esclarece que:

A posse responsável está perpassada, ela própria, de considerações científicas ou científicas e não surpreende que não tenha surgido em outro momento histórico, mas venha sendo construída conjuntamente à ampliação do controle da natureza pela ciência. (OSÓRIO, 2011, p. 70).

Não se trata, portanto, apenas de um protocolo de manejo, de formas de lidar, mas, em alguma medida, de uma ideologia, formada por noções de Natureza e de Cultura, as quais servem para reger as relações entre humanos e seus animais de estimação.

Referir-me-ei, aqui, ao termo como “guarda responsável”, podendo ser usado o termo “posse responsável”, ambas aparecem como categorias na Lei Municipal nº 5086, de 17 de novembro de 2004, a qual dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como sobre a prevenção e controle de zoonoses no município de Pelotas, e dá outras providências. Já a Lei Ordinária nº 6321/2016, que Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas, e dá outras providências, diz, no Art. 1º, que fica instituído o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas, objetivando o controle das populações animais, bem como estimular a posse responsável. A Lei usa os termos “posse responsável”, “tutela responsável”, “tutor”.

No documento, a definição de “tutor” está definida como:

Art. 2º XVIII TUTOR é aquela pessoa encarregada legalmente ou judicialmente de cuidar e zelar pelo bem-estar do seu animal. A tutela responsável é o conjunto de várias atitudes, envolvendo tutores e profissionais veterinários, com vistas ao bem-estar animal.

E, no mesmo artigo, sobre a responsabilidade da tutela:

No Art. 2º IV - TUTELA RESPONSÁVEL DOS ANIMAIS: é a condição na qual o tutor do animal aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente; (PELOTAS, RS. Lei Ordinária nº 6321/2016 que Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas, e dá outras providências).

Já a responsabilidade dos tutores, em si, aparece discriminada nos artigos 5º até o art. 9º:

DA TUTELA RESPONSÁVEL DAS RESPONSABILIDADES DOS TUTORES

Art. 5º A posse responsável implica tratamento adequado à espécie, inclusive vacinação, a fim de evitar doenças, registro no órgão municipal responsável, além dos cuidados necessários à subsistência do animal.

§ 1º É de responsabilidade dos tutores, a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas ou em vias privadas franqueadas à livre circulação de pessoas.

§ 2º São objetivos da posse responsável o combate ao abandono e à procriação não planejada.

§ 3º A abstenção quanto à adoção das providências pertinentes à remoção dos dejetos deixados pelo animal em vias de livre circulação de pessoas, enseja o pagamento de multa.

Art. 6º É proibida a prática de ato de abuso e/ou crueldade a animais de qualquer espécie.

Art. 7º É proibido soltar ou abandonar animais em vias e logradouros públicos e privados, sob pena de multa, na forma do art. 41 da presente Lei.

Parágrafo único. Os animais só poderão ser encaminhados ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses nos casos em que a enfermidade do animal for transmissível ao homem, e em casos de maus tratos e/ou agressões comprovadas, mediante o respectivo Boletim de Ocorrência Policial.

Art. 8º O tutor é obrigado a permitir, sempre que necessário, o acesso da Autoridade Sanitária, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal para constatar maus tratos e/ou sua manutenção inadequada, suspeita de doenças, bem como acatar as determinações emanadas da referida autoridade.

AS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO

Art. 9º O Município de Pelotas deve manter ações permanentes de proteção animal, através de cadastramento, controle da população animal e ações educativas para a posse responsável. (PELOTAS, RS. Lei Ordinária nº 6321/2016 que Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas, e dá outras providências).

Esse protocolo, controla o corpo dos animais, tanto nos seus aspectos nutricionais e de saúde quanto na mobilidade. Essa ideologia parece estar firmada em um paradigma moderno no qual a Ciência domina e controla a natureza, mediante sua racionalização. Nesse sentido, trata-se de uma forma específica de relação humano animal, característica do mundo ocidental.

Protetoras e protetores dos animais defendem e divulgam a adoção responsável, assim como o Poder Público destaca a guarda/posse responsável,

inclusive, quando em adoções⁹, os futuros adotantes têm que estar aptos a cumprir a guarda responsável.

Segundo a *Cartilha de Proteção Animal*¹⁰, idealizada pelo Comitê Municipal de Proteção Animal (Comupa), da Prefeitura de Pelotas, “todo cidadão tem o direito de possuir um animal, seja para companhia seja par trabalho”. E, ao adquirir o animal, o dono passa a ser responsável pelo seu bem-estar e por prevenir os riscos que ao homem possa causar. A *Cartilha* esclarece sobre as atribuições da Prefeitura de Pelotas e dos demais órgãos públicos, bem como o papel do cidadão. Ainda, uma nota esclarece sobre os serviços para o cuidado dos animais na cidade. Uma das menções presentes na cartilha levanta a seguinte questão: “*o animal está doente e o dono não tem dinheiro para tratá-lo. A prefeitura faz atendimento gratuito?*”, tem como resposta: “*A prefeitura não faz atendimento gratuito pra animais. Procurar auxílio em uma clínica veterinária próxima, na Faculdade de Veterinária ou em entidades de proteção animal.*”

Trago, nesse sentido, uma situação de campo para pensar o cuidado. Quando o Pretinho, cachorro vizinho da Goda e da Valdirene, foi atropelado e deixado na frente da sua casa, correndo risco de morte, falei com os donos e pedi licença para levá-lo ao médico veterinário. O caso dele era grave e o cão precisava ficar internado, pois iria ser operado. A “dona” da Valdirene olhou para mim e disse: “*Vai morrer!*” Eu olhei para ela e disse: “*Não, eu vou pagar o tratamento!*” E pensei: Que estranho! Pretinho necessitava de um tratamento caro e sua família humana não tinha condições de levá-lo ao no veterinário, pagar consulta, pagar antibiótico humano. Arcar com custos de outro veterinário, exames, duas cirurgias, remédios, injeções, internações.

Em outra situação, a Alemoa, filha da Valdirene ficou doente, e faleceu. Quando a “dona” falou comigo, disse que tentou dar comida, tentou dar soro, e revelou que a cadela sofreu muito. Como eu estava de férias, percebi que a Alemoa estava aos seus cuidados e que ela fez o que estava em seu poder.

A “dona” me contou que quando a Valdirene chegou na casa dela, era bem filhotinha. Simplesmente, *apareceu*, lá da rua. Tinha na pata um corte

⁹ Sobre adoção: É uma maneira de adquirir um animal de estimação, tema muito importante, mas não será aprofundado neste trabalho.

¹⁰ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/direitosdosanimais/files/2018/12/Cartilha-e-Folder_COMUPA_vers%C3%A3o-digital.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

profundo. Ela a tratou, deu antibiótico que conseguiu com a vizinha e a curou. A partir daí a cadelinha ficou morando lá. De onde veio aquele filhote? Alguém abandonou na casa dela? Se não fosse ela tratar, a filhote teria sobrevivido?

Outra questão da cartilha: A pessoa não tem dinheiro e a prefeitura não faz o atendimento. Orientam a procurar uma clínica próxima à casa. Será que a clínica vai fazer atendimento de graça? Nenhuma pode fazer. Ninguém faz atendimento fiado, para pagar depois. Que bom se tu conseguires parcelar, sem acréscimo, mas aí tu tens que ter o cartão e depois o dinheiro para pagar.

Outra orientação é procurar atendimento na Faculdade Veterinária, da UFPel. É outra situação de campo. Nesse caso, a dona recorreu ao Hospital Veterinário, também da UFPel, conforme a orientação da cartilha da Prefeitura. Uma amiga levou no Hospital Veterinário uma de suas cadelas que foi atropelada e fez muitos elogios ao tratamento, dizendo que é “vip” e que lá vai muita gente com cachorrinho de madame, gente de Rio Grande.

O atendimento dos alunos é descrito como excelente, depois vai o professor e verifica. Perguntei a ela sobre os valores. Comparando com os de fora, são mais baratos, desde consulta, exames até cirurgias. Aluno da UFPel tem desconto. Acompanhei quase que ao mesmo tempo tudo o que aconteceu, ela ia me mandando as fotos por *WhatsApp*. E fez tudo lá, até exame de raio-X e exame de ultrassonografia (US).

A desvantagem é o deslocamento que, conforme disse, foi cerca de 40km, difícil porque tem de ter transporte, tem de pagar gasolina. Se não tem carro, tem que conseguir carona com alguém. Paga-se porque “de graça é até abuso”;ela teve que ir e voltar, duas vezes, no mesmo dia. Depois tem retorno, o que dificulta bastante.

Por sorte, não precisou fazer cirurgia. Mas, depois, disse quanto deu e que tinha se endividado com aquele valor, sem a medicação. E ainda tinha que castrar mais duas cadelas. E eu só pensando. Claro, ela me disse que não poderia deixar a cadela assim. E, então, perguntei a ela: “*Tu acha que as pessoas que moram aí poderiam pagar?*”. Ela disse: “*Não, claro que não. Eu não posso. Vou pagar parcelado. Usar o cartão da Fulana. Me endividei. Imagina, essa gente trabalha fazendo bico, como diarista*”.

Por fim, a última orientação da cartilha é procurar uma protetora. Têm clínicas que ajudam as protetoras. Recebem os animais e as protetoras divulgam

o nome onde o animal está. Pedem que as pessoas colaborem, com contribuições, na própria clínica, mas, de qualquer maneira, a dívida foi feita, mesmo que em um valor mais baixo, por ser de animal de rua, ou com ajuda da própria clínica.

As protetoras estão saturadas. Basta olhar o *Facebook*, todas são muito solicitadas, além dos animais que já cuidam, ajudam e resgatam, têm esses pedidos de ajuda, que geram uma demanda financeira para elas e um compromisso. Sei que têm protetoras que auxiliam os moradores no bairro, com castrações, alimentação e com animais doentes e atropelados; já me contaram que têm pessoas que vem de fora para ajudar, também.

Não me considero uma protetora, porque não estou sempre à disposição, não vou em resgates, não me envolvo em atividades, mas já passei por situações semelhantes para saber o que é isso. Todos meus animais são adotados. Do Pretinho falei anteriormente, o Anjinho, resgatei da rua, correndo contra os carros na Rua Domingos de Almeida, hoje foi diagnosticado como cardíaco, toma medicação e tem insuficiência renal, come ração para o seu problema nos rins: mais cara que a tradicional.

O gato que denominei de Gato Cigano, tinha “dono”, mas ficava na frente do meu condomínio cheio de feridas, achava que era briga, mas ele era tão manso. Levei-o no veterinário, que diagnosticou esporotricose. Ficou sete meses internado, eu pagando diária e medicação. Fiz rifa, muitas pessoas me ajudaram, vendi roupas no brechó dos bichos. Na veterinária foi muito bem tratado e curou. Ao fim do tratamento, o adotei, pois já era responsável por ele, não podia ir para rua e correr o risco de voltar as feridas. Após um tempo, contudo, as feridas voltaram, e fizemos o tratamento novamente. Dessa vez, as feridas secaram e não voltaram mais.

Há alguns cães no Bairro do Cipó que são criados como *pets*, mas há muitos outros que estão nos pátios, alguns soltos, outros presos em correntes porque o pátio é pequeno ou há outros cães. Estão presos para não brigarem ou fugirem, mas a maioria é “semi-domiciliado”. Moram nas casas e durante o dia ficam na rua. São acostumados a ficar na rua, saem para fazer suas necessidades.

Quando o pátio não está fechado, como era na casa da dona da Valdirene e Goda, saem para procurar comida, passear, encontrar outros cães,

namorar. São livres. Acompanham as crianças nas brincadeiras. Estes cães não são os conhecidos cães comunitários, pois têm um “dono”, não dormem em casinhas nas ruas, apesar de até poderem receber cuidados de outros moradores, mas têm um responsável identificável socialmente.

As pessoas usam a UBS para dar vacina nos seus filhos, realizar consultas, retirar remédios na farmácia. Quando é necessário comprar medicação, muitas vezes, ficam sem, pois não têm condições de comprar. Com relação aos animais, o custo do tratamento é de responsabilidade exclusiva do dono. E o custo financeiro é alto.

Os cuidados com a saúde de um animal de estimação são caros, dependendo do que o cão ou gato tem quando adoecem. Depois da consulta, vem o exame de sangue, vem o remédio para a otite, por exemplo, vem o antibiótico, vem o exame de raio-X, ou ultrassonografia (US), ou cirurgia.

Atualmente, as castrações gratuitas estão bastante reduzidas no convênio da Prefeitura com a SOS Animais. Para quem é assalariado, pagar uma ou mais castrações é caro. Tem quem dá “injeção pra corta cio”, o que é contra indicado por médicos veterinários, por causar danos à saúde das cadelas. Tem muita gente que tem vindo conversar comigo e o que me dizem é sempre a mesma coisa: “*não tenho dinheiro*”. Porque não bastam as pessoas trabalharem. Os salários são muito baixos e as pessoas têm diversos gastos; é ônibus, é aluguel, é remédio, é alimentação. Famílias com crianças e/ou idosos/as.

Sempre tem quem diga: então por que tem cachorro? Eu pergunto: Por que não querer ter? Já ouvi, de uma amiga próxima, *que pobre não pode ter filhos*. Como assim? Que, para alguns pobres, *gastar com carteira de cigarro é um absurdo, que tem que gastar o pouco que tem comprando comida*, por exemplo. Mas fumar cigarro não é um vício? Compulsões não têm que ser tratadas como uma doença?

Já vi carros que vêm de outros lugares largar cães no Bairro do Cipó. É fácil saber quando eles foram abandonados, eles ficam perdidos, zanzando, com medo. Logo, logo vão apanhar dos cães do bairro. Cães que tinham casa. Talvez morassem dentro de casas, sendo intitulados como “da família”, “filhinhos da mamãe”. Largados num lugar estranho, na rua, de uma hora para outra. Pode ser que tenham sido adotados por pessoas que foram classificadas como

capazes de cumprir a posse responsável. Mas, daí, por algum motivo qualquer, os animais acabaram se tornando um estorvo. Os “papis/mamis” resolveram descartá-los na periferia, onde serão “adotados”, sem querer, por aqueles que nunca seriam escolhidos pela Lei para tal finalidade. Situações assim são comuns no Bairro do Cipó.

Geralmente, o que as pessoas oferecem de produto veterinário para o animal é um vermífugo e um pó para pulgas e carrapatos, também, espalhando-o pelos pátios. As pessoas tratam com o que têm em casa. Outro dia, uma moradora disse que estava tratando o problema de pele da cadela com creme vaginal. E estava funcionando! Quando sobra, dão comida. Ou dão ração, da mais barata – que já está muito cara, mesmo que a qualidade não tenha melhorado.

Convenceram as pessoas de que não pode dar comida para os cães e gatos, que devem dar ração; agora dizem que a ração que dão é ruim, de baixa qualidade, que a boa é *Premium*, *Super Premium*, a *Sênior*, indicada para animais com mais de sete anos, ou para o animal castrado, por aí vai. Todas são caras, sem falar das especiais para casos de doenças – são quase artigos de luxo.

Atualmente após o fenômeno das rações, um tipo de alimentação chamada AN (Alimentação Natural) está sendo usada pelos (a) donos (as) dos pets. Ao ler sobre essa dieta, logo percebi o quanto as informações são confusas e contraditórias. A AN não é resto de comida nem qualquer mistura de ingredientes feita aleatoriamente. Não é fabricada na indústria, somente com ingredientes naturais; pode ser feita em casa, mas tem de ser com orientação de um médico (a) veterinário (a) nutricionista que posteriormente avaliará a situação do cão/gato pet e prescreverá uma dieta balanceada. É necessária uma complementação. Esse tipo de dieta compõe um novo nicho de mercado.¹¹

A noção de posse ou de guarda responsável inclui outras formas de relação entre humanos e cães, além das previstas em Lei, por meio do cuidado, da proteção mútua, do acompanhamento de ciclos de vidas de animais e

¹¹ Disponível em:< https://love.doghero.com.br/saude/alimentacao-natural-para-caes/?fbclid=IwAR0_K9iUs8SV7FJGeMangAACHzMXffZ-rlhCk4QNo35g7q2hZVVGJeofQ4aY> Acesso em 27 jul. 2019.

humanos. Inclui o direito aos animais serem livres, a andarem na rua, a conviverem com outros animais e humanos, a viverem sua animalidade.

Por fim, encontrada a tutela ministerial para a defesa e o dever da sociedade para a proteção, foi necessário citar os agentes públicos, com a finalidade de esclarecer que a eles compete a adoção de políticas públicas que não só incentivem a sociedade a proteger esses animais, mas promovam ações que difundam a responsabilidade da sociedade pelos cães bem como exemplifiquem o reconhecimento da dignidade dos mesmos, considerando que uma administração pública consciente possibilita uma sociedade também consciente de que a proteção aos animais deve ser reconhecida e praticada. (SILVA; OLIVEIRA, p. 17)

Na Lei, o mais oneroso fica a cargo exclusivo do dono, sorte se conseguir alguma ajuda. E, piora, quando, ao invés de se progredir nos cuidados, se vê retrocessos, ao reduzir castrações gratuitas por parte do Poder Público, por exemplo. Dessa forma, os órgãos de regulação criam condições quase impossíveis de serem realizadas por grande parte da população, que, ao mesmo tempo, não conta com o apoio por parte daqueles que fazem as legislações, nesses casos.

3.3 Cão Comunitário

Dentre os cães que têm livre acesso à rua, no Bairro do Cipó, existem os mais variados casos: os abandonados totalmente, os “semi-domiciliados” e os cães comunitários. “Cão comunitário”, como estamos acostumados a ver, com casinhas em algumas partes da cidade, como por exemplo na praça da praia do Laranjal, em Pelotas, no centro da cidade, nas calçadas próximo ao Mercado Público, no entanto, nunca vi no bairro, mas deve ter vizinhos que dividam os cuidados com cães abandonados. Todavia, não sei se eles entendem aqueles animais como um cão comunitário.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual 13.193/2009, sobre a guarda responsável para animal comunitário, dispõe as normativas no que diz respeito ao controle e reprodução de cães e gatos de rua, e dá outras providências. No Art. 4º, inciso 2º, “para efeitos desta Lei, considera-se animal comunitário aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de

dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido”.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual 13.193/2009, sobre a guarda responsável para animal comunitário, Lewgoy, Sordi e Pinto (2015, p. 80) mostram que para um grupo de protetores (as), em Porto Alegre, a noção de animal comunitário é contestada; para esses interlocutores “não existe animal de rua, mas apenas animal abandonado”. Segundo Osório (2016), um grupo de protetores de gato de rua afirma que mesmo que o animal não tenha sido abandonado – se ele fugiu e procriou, dando origem a outros animais – a responsabilidade, ou irresponsabilidade, foi do humano, que não controlou sua saída à rua e, conseqüentemente, a procriação do animal.

Para Osório, a comunidade “Gatos do *Parque Esperança*”, grupo que cuida de gatos numa praça, organizados pela extinta mídia social *Orkut*, concorda que não existam animais abandonados.

Combate-se a noção de que animais de rua existam. Toma-se, na maior parte das vezes, a posição de que todos os animais do parque são abandonados, muitas vezes indicando-se diretamente que todos já tiveram uma família, referindo-se a uma unidade doméstica humana. O abandono, segundo o grupo, tem como efeito a multiplicação de animais sem condições de sobrevivência, dado que sem família, o que implica em mortes por acidente, doença, maus-tratos e desnutrição. Essa situação é vista como moralmente incorreta: deve-se atuar contra ela, intervindo na realidade, educando, resgatando, disponibilizando para adoção e, sobretudo, castrando os animais. (OSÓRIO, 2016, p. 54)

Ou seja, para tais pontos de vista, os cães comunitários não são cães de rua, mas, sim, cães abandonados ou perdidos os quais moram numa determinada região da cidade e são cuidados por um grupo de pessoas. Por isso, passaram a ser chamados de cães comunitários e têm uma legislação específica.

Com legislação do cão comunitário há uma proteção para esse cão que não foi adotado, embora receba cuidado, comida, afeto, nome, água, carinho e provavelmente ganhe castração das pessoas que o cuidam. Então, o cão é cuidado. Mas, se fica na rua, está sujeito aos maus-tratos, ao ataque de outros cães, a ser atropelado, a fazer suas necessidades na rua. Ainda assim, é um tipo de proteção a esse animal.

O condomínio de uma amiga, pertencente ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR), é fechado em seu redor com muros e outras construções e a sua faixa é gradeada. Tem alguns cães comunitários “moradores do local”, são bem tratados, recebem água, comida, têm casinha etc. Um dia, um moto taxista entrou correndo e quis dar um pontapé na Pretinha. Quase foi linchado pela população. Mas, se o fato ocorresse na rua, ela estaria exposta. Já no meu PAR é proibido. O animal pode somente circular com o dono e na guia.

A partir da minha etnografia, passei a observar a relações da Valdirene com outros cães; podemos assim dizer que ela é uma cadela comunitária, dando um outro sentido e não ao dado na Lei. Valdirene estabelece relações dentro da comunidade ao interagir com outros cães, na passada do caminho para ir à casa da mãe da “dona”. Ela sempre visita seu filhote, que mora perto – e vive preso no pátio. Mais adiante, ela visita o cachorro que é o pai de seus filhos e mora ali perto. Como é feliz de estar com ele! Diz a dona que Valdirene marca encontro com ele, o “marido”, na esquina e que ela tem ciúmes dele com uma cadelinha mais jovem da casa onde ele mora, indo embora enciumada. Na hora da ração, ela briga com os pequenos e deixa os cães maiores comerem sua ração. Para completar, ela ainda brinca.

Quando toco em alguns cachorros ela às vezes se bota no bicho, principalmente se for cadela, outras vezes ela olha só com uma cara, se vira e vai embora. Parece com ciúmes ou chateada.

Para muitas pessoas, e também, para o poder público e a Legislação de posse responsável, os cães não podem estar sozinhos nas ruas sem estar aos cuidados de um humano, pois correm o risco de morrer por falta de cuidados e falta de tratamento para possíveis doenças; por sofrer maus-tratos de humanos ou por risco de atropelamento. O que é um paradoxo, pois, o humano, aquele que o protege é também o mesmo que o maltrata e o mata.

Os abandonos aos animais se dão de várias maneiras, como pessoas residentes em outros locais da cidade que vão de carro ou motocicleta até o Cipó e os abandonam lá. Têm os abandonados nas ruas por moradores do próprio bairro, devido à velhice ou doença. Cadelas no cio ou grávidas que permanecem nas imediações das casas, além dos animais que são abandonados quando os donos se mudam. Cães filhotes abandonados nos matos, em caixas de papelão

ou próximo à escola. Estes, podem viver nessa situação até morrerem; outros, podem ser cuidados por moradores locais, sendo que alguns, com mais sorte, podem ser adotados e levados para dentro da casa e/ou pátio. Têm os que são levados por “alguém” para tratamento específico ou castração, e, posteriormente, são adotados ou voltam para a rua, no antigo local.

Trago, novamente, DaMatta para refletir sobre a relação dos moradores do bairro com os animais abandonados, os animais doentes, velhos, fêmeas grávidas ou filhotes. Segundo o autor:

Em casa somos todos, conforme tenho dito, “supercidadãos”, Mas e na *rua*? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas “autoridades” e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente “subcidadãos” e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na *rua* (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo. Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele celebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um “um problema do governo”! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado. (DAMATTA, 1985, p. 16)

De acordo com DaMatta, o sentimento de ser subcidadãos, o sentimento de impotência perante diversos problemas da vida – família, saúde, educação, violência, falta de emprego – está presente, diariamente, em nosso cotidiano. Diante das dificuldades que passam certos moradores do Bairro do Cipó, e da evidência de ser “mais um”, sem ter como resolver os problemas, como quando uma cadela prenha, ou no cio, ou um cão doente, for deixado na rua, pode ser, sim, como nos diz DaMatta, em alguns casos, uma transferência de problema. Pode ser, também, um pedido de ajuda para o Estado, para a sociedade, já que, muitas vezes, o “dono” não nega que o cão seja seu, ele apenas não tem condições de lidar com aquela situação, ou de arcar financeiramente com despesas geradas pelo cão.

3.4 Guarda Compartilhada da Valdirene e Goda: relativizar o olhar

Dispensio às cadelas o cuidado que considero ser importante, que está na Lei de guarda responsável, que elas não recebem da “dona”, como a

castração, a qual foi feita com ajuda de uma protetora do bairro e da SOS Animais, num convênio da Prefeitura de Pelotas. Além de ter feito a castração das cadelas, dou vermífugo de três em três meses, dou vacinas anuais para raiva e a “vacina óctupla”. Dou remédio para pulga e carrapato, levo à consulta na veterinária e, quando necessário, exames e medicações, caso esteja com alguma doença de pele, sarna e fungos.

A “dona” participa de todas as ações com as cadelas. Ela participou das castrações e do pós-operatório com os cuidados. Sempre vai às consultas e exames na veterinária; administra as medicações. Quando dou remédio para vermes ou carrapato sempre comunico a “dona”. Se percebo algo de diferente, quando acho as cadelas estranhas, podendo estar doentes, vou até ela e pergunto se sabe o que aconteceu. A “dona” comenta comigo quando observa algo estranho com as cadelas, para verificar se precisa de consulta ou de medicação. Desenvolvemos, assim, em relação às cadelas, uma guarda compartilhada de cuidados.

Como uma agente do Estado, e tendo uma relação próxima a elas, considero que devo dispensar à Valdirene e Goda os cuidados previstos em Lei. Primeiramente, pelo bem-estar delas. E, também, porque as pessoas me associavam a elas. Por exemplo, se elas mordessem alguém, tinham de estar com suas carteiras de vacinação atualizadas, também tinham de estar em dia com o controle de pulgas e carrapatos e de parasitoses. Tinha de ser castradas para evitar mais cães em situação de risco, maus-tratos, fome e doenças para os filhotes, os cujos não “vingam” muito das vezes. Tenho tudo “em dia”, caso alguém não gostasse delas e viesse reclamar.

Não conseguia, é claro, mantê-las presas em um pátio, tal como outorga a Lei quando diz que os animais não devem ficar soltos nas ruas. Embora tenhamos tentado, a “dona” e eu, não obtivemos sucesso; mesmo que, de acordo com as condições da “dona”, foi feito um “muro” de madeira no fundo do pátio. No entanto, elas destruíram o portão, faziam buracos, passavam latindo e incomodando a vizinhança, até saírem para a rua.

Com o tempo, a “dona” conseguiu colocar um portão com grande que fecha toda a frente. À noite, a Valdirene fica trancada no pátio. Pela manhã, sai apenas quando a “dona” sai junto. Então, tem livre acesso ao bairro. Ela vai me visitar, caminha pelas ruas próximas, acompanha sua “dona” pelo bairro.

A partir da minha relação com a Valdirene e sua “dona”, meu olhar se descentra. Anteriormente, pensava que se o animal estava na rua era porque estava sendo negligenciado, que o seu dono não estava se importando com a sua segurança. Via todos os animais doentes, com sarna, por exemplo, e acreditava que estavam malcuidados. Hoje, penso que o “dono” já pode ter tentado tratar, mesmo que sem efeito, mas, talvez, tratar além do que possa ter feito é difícil pelas suas condições de existência. Também percebo que nesta relação não somente eu mudo meu olhar, noto que influencio com minhas atitudes e modos de proceder nos cuidados com os animais; há uma troca de influências com a família humana das cadelas e com as pessoas que observam.

Quero esclarecer, também, que não estou defendendo pessoas que maltratam seus animais. Sabemos que há pessoas que, intencionalmente, deixam seus animais passar fome, frio, sede; que, mesmo podendo, não tratam o animal quando doente, os deixam presos todo o tempo, batem, e tantas outras maldades. Não é destas pessoas que estou falando, pois estas devem sofrer as consequências penais.

Estou falando nesta pesquisa daquelas pessoas que gostam de ter animais domésticos, mas não têm todas as condições para cumprir a Lei de posse responsável. Pessoas que recebem críticas e cobranças, como vi várias vezes no *Facebook*, de não terem nem para si e *ainda* quererem um animal. Em comunidades, onde, muitas vezes, todos estão precisando de ajuda. Onde tem muita gente para alimentar com uma pensão que apenas um membro idoso/a recebe. Nessas condições, é difícil exigir do indivíduo que compre ração, dê vacina ou compre remédio.

4 CONCLUSÃO: A CIDADE E OS ANIMAIS

Não há como negar a presença dos animais não humanos nas cidades e como é antiga a relação de animais humanos e não humanos ao longo da história. Busquei mostrar, ao longo deste trabalho, como argumentos dentro do campo biomédico e do campo do direito são utilizados no esforço para se manter cães e demais animais o mais afastado das ruas e dos humanos.

No meu trabalho de TCC apresentei diversas situações vividas entre mim e a “dona” na guarda compartilhada dos cuidados com as cadelas que se desdobra na relação entre mim, a comunidade e outros entes, envolvendo a presença das cadelas.

Os cuidados que o guardião ou tutor deve ter para bem cuidar do seu “melhor amigo”, descritos na Legislação Municipal vigente, estão amparados em conhecimentos científicos da área da medicina humana e veterinária e garantem a saúde do animal e a manutenção da Saúde Pública. Um bom guardião permite que seu cão saia à rua apenas na sua presença, com guia, e saquinho ou sacola para recolher as fezes do animal. Ao não cumprir tais normativas, pode sofrer as sanções previstas por lei. Para isso, há todo um trabalho de educação para a posse, ou melhor, guarda responsável.

Nos cuidados com a Valdirene e Goda e na “negociação” da presença das cadelas no meu local de trabalho, me utilizo dos cuidados da guarda responsável, e os divulgo.

Tentei mostrar, porém, via trabalho de campo, que há diferentes maneiras de cuidar dos seus animais e que não cumprir rigorosamente a Legislação não significa negligência, necessariamente. Mostrei, na etnografia, que dar toda a assistência médica veterinária ao animal é muito oneroso e fica a cargo exclusivamente do tutor. O que, aparentemente, é falta de cuidado, pode ser o cuidado possível àquele guardião.

Muitos, ao julgarem falta de cuidado ou negligência, no seu sentimento de indignação, verbalizam que essas pessoas não devem ter animais. O fato da pessoa não ter condição financeira de tratar um animal não quer dizer que ela não se importe ou que não tenha tentado curar o bicho com seus recursos e conhecimentos, muito menos, que não tenha o direito de ter um cão, um animal de companhia, uma espécie companheira.

Nas periferias, como o Bairro do Cipó, o afeto aos animais manifesta-se por meio de vários cuidados, como remédios para pulgas, alimentação com comida e ossos, cobertas para dormir nas noites frias, liberdade para andar na rua, entre tantos outros.

Sobre o “abandono” dos animais na rua quero fazer algumas ponderações. Primeiramente, a rua pode não ser somente um local perigoso, fonte de medo e exclusão. Ela pode ser um ambiente de oportunidades, de

reunião, de lazer. Quando deixam filhotes em caixas de papelão próximo às escolas, é a rua dando oportunidade para esses animais serem adotados por crianças, pois são vistas como afeitas aos animais – e vice-versa.

O leitor pode estar julgando que o ato é de abandono, porém, estou analisando a perspectiva de que a rua é, igualmente, uma oportunidade de adoção, de encontro, às vezes, entre populações das periferias, *vilinhas* e bairros populares.

Nas ruas dessas comunidades, estabelece-se uma rede de ajuda que se articula na solução conjunta da presença viva dos animais. São moradores do Cipó, agentes de saúde, protetores de animais, ONGs. Uma rede de compartilhamento, via redes de apoio, de reciprocidade, para além de “necessidades básicas”, que levam em conta o bem-estar e a saúde dos animais. Relações que consideram as necessidades dos bichos, ponderadas com outros gastos do cotidiano.

Os animais podem causar acidentes, mas pedestres e motoristas desatentos geram, igualmente, riscos. Os cães podem “se botar”, avançar e rosnar em direção aos moradores, aos motoristas e a outros animais. Muitos se divertem, assistindo aos cães correrem atrás de motociclistas, vendo se mordem o motorista. Outros ralham com eles, compreendendo que é, do mesmo modo, uma função coletiva e comunitária a educação desses animais e o adestramento de seus instintos.

Os perigos da rua continuarão existindo para animais humanos e não humanos. Pessoas, também, agredem pessoas e animais nas ruas. Animais não dirigem automóveis, humanos, no entanto, sim. Maus condutores de veículos são um perigo para si, animais e outros humanos. Há meios de se tentar diminuir esses perigos no trânsito, como uso do quebra-molas, sinalleiras, placas.

Vejo a Valdirene caminhando, correndo. Vejo o quanto ela mostra felicidade e alegria. Os animais sentem tristeza, sim. Sei que ela sentiria tristeza por não poder mais ter sua rotina, passear pelas ruas, encontrar outros animais, ver crianças e adultos, andar por ruelas. Hoje, observo a relação dela com outros cães, com seu filho, com seu “marido”. Divide sua atenção entre mim e a “dona”. Vai um pouco em mim. Depois corre atrás da “dona”.

Nem todos os animais se adaptam à rua, pois têm suas particularidades, suas peculiaridades. Goda acompanhava a Valdirene, mas tinha uma expressão

de tristeza, de medo na rua, e essa pode ser sua característica ou consequência de trauma, mas isso fazia parte de sua vida. Hoje, Goda ganhou um novo destino, ela é *pet* (vide foto abaixo).



Figura 12 – Goda agora é *pet*.

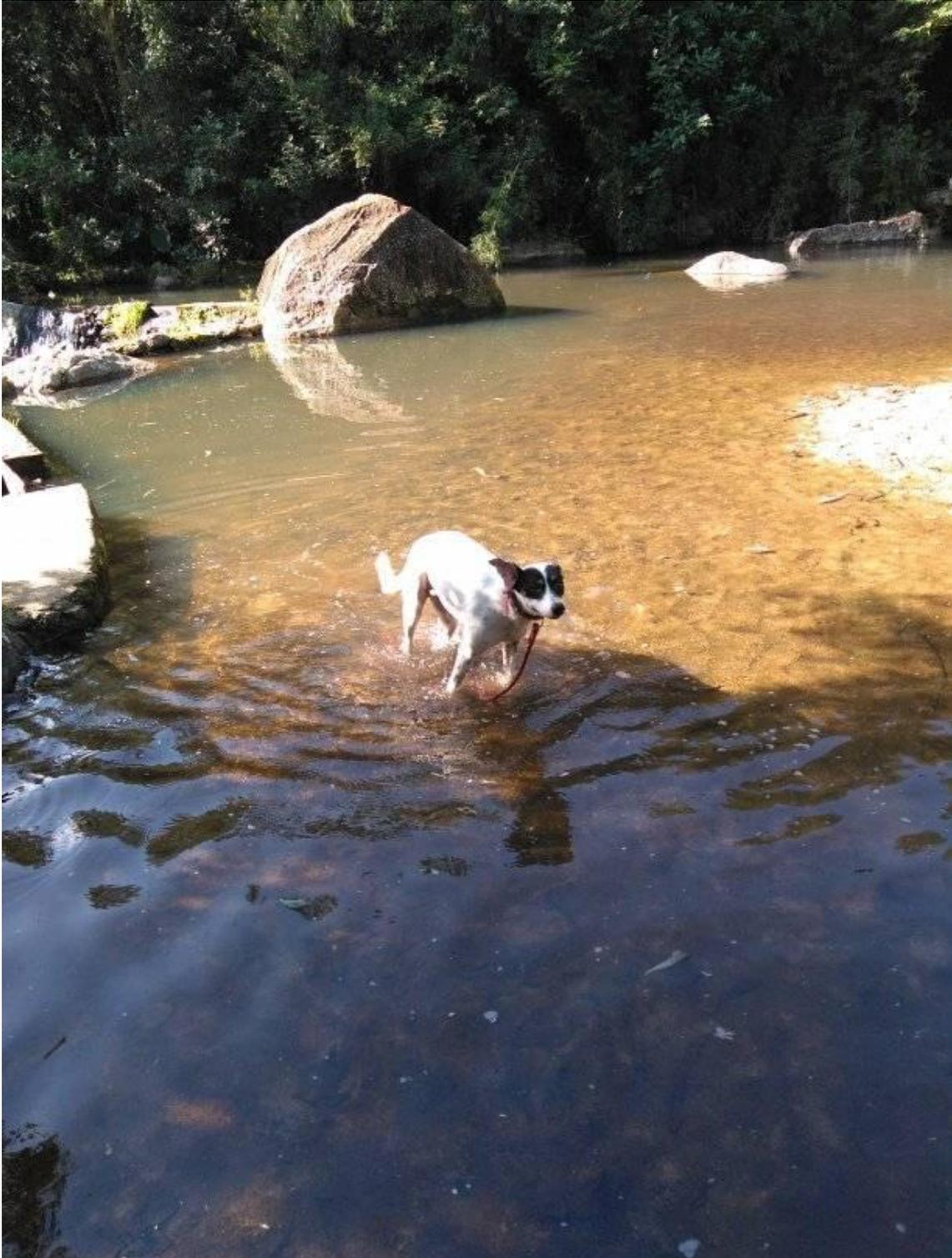


Figura 13 – Goda pet num camping, na área rural a de Pelotas.

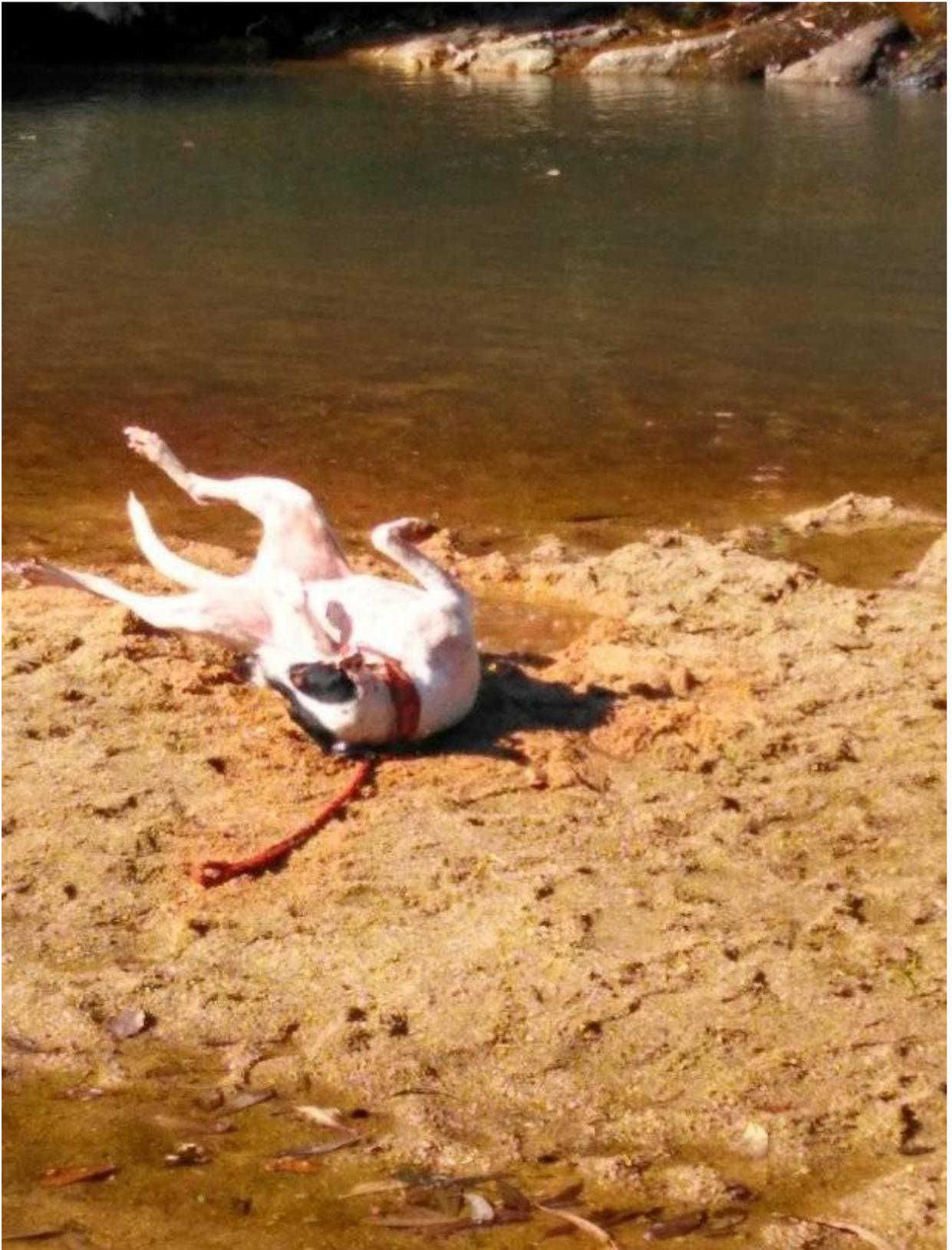


Figura 14 – Jeito Goda pet de ser.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses. Normas Técnicas e Operacionais. 1ª ed. Brasília, DF. 2016. 121p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_contr_ole_zoonoses.pdf. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. NASF - NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/nucleo-de-apoio-a-saude-da-familia-nasf> Acesso em: 25 jun. 2019

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL; CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SANTA CATARINA; CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO PARANÁ. Manual de Zoonoses Programa de Zoonoses Região Sul, v. II, 2011. Disponível em: <https://www.crmv-pr.org.br/uploads/publicacao/arquivos/manual-zoonoses-2.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL; CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SANTA CATARINA; CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO PARANÁ. Manual de Zoonoses Programa de Zoonoses Região Sul. v. I, 2ª ed. 2010. Disponível em: <https://www.crmv-pr.org.br/uploads/publicacao/arquivos/manual-zoonoses-1.pdf> Acesso em: 01 ago. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS. Disponível em: <http://www.crn2.org.br/crn2/portal/default.php> Acesso em: 01 ago. 2018.

DAMATTA Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FARACO, C. B.; SEMINOTTI, N. 2006. A crueldade com animais: como identificar seus sinais? O Médico Veterinário e a prevenção da violência doméstica. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, Brasília, DF, ano XII, n. 37, pp. 66-71, Jan. /Abr. 2006.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso *NÃO* é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 10, p. 58-78, 1999.

"Haveria sociedade humana sem a participação dos animais?". Entrevista especial com Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias e Daniel Braga Lourenço.

Revista IHU on-line. Disponível em: **Revista Instituto Humanitas Unisinos** <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505942-haveria-sociedades-humanas-tal-qual-nos-as-conhecemos-sem-a-participacao-dos-animais-entrevista-especial-com-caetano-kayuna-sordi-barbara-dias-e-daniel-braga-lourenco>- Acesso em: 14 jun. 2019.

INGOLD, Tim. Introdução a O que é um animal? **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 22, p. 129-150. 2007.

INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**. Tradução Vera Pereira, 1994. Disponível em: <http://www.biolingua.com/ling_cog_cult/ingold_1994_humanidade_animalidade.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.

LANGE, Mateus da Costa. Saúde Pública, NASF e o Médico Veterinário. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**. Comissão de Assuntos Municipais; organização: Filipe Madsen Etges./ Direitos dos animais : a responsabilidade dos municípios gaúchos -- Porto Alegre : CORAG, 2014. -- 96 p. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CAM/ARQUIVOS2017/Direitos%20dos%20Animais%202%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%202014.pdf Acesso em: 25 jun. 2019.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO Leandra. Domesticando o Humano para uma Antropologia Moral da Proteção Animal. **Ilha**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 75-100, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez., 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 49, vol. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A etnografia e um método, não uma mera Ferramenta de pesquisa...Que se pode usar de qualquer maneira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul./dez, p. 169 –178, 2012.

MATOS, Liziane Gonçalves de. **“Quando a ajuda é animalitária.”** Um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS. Orientador: Arlei Sander Damo. 2012. 126p. Dissertação de (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURGS), 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56016> Acesso em: 08 de abr. 2018.

OSÓRIO, Andréa. Compaixão, moral e sofrimento animal entre protetores de gatos de rua. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 51-82, ago/dez. 2016.

OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. **Teoria e Sociedade**, nº 21.1, p. 143-176, jan./jun. 2013.

OSÓRIO, Andréa. Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.3, n.2, p.51-75, jul./dez., 2011.

PASTORI, Érica Onzi. **Perto e Longe do Coração Selvagem**: um estudo antropológico sobre animais de estimação, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Orientador: Bernardo Lewgoy. 2012. 107p. Dissertação de (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do sul (FURGS), 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71932> Acesso em: 08 abr. 2018.

PASTORI, Érica Onzi; MATOS, Liziane Gonçalves de. **Da paixão à “ajuda animalitária”**: o paradoxo do “amor incondicional” no cuidado e no abandono de animais de estimação. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 112-132, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=1OH0w5gAAAAJ&hl=pt-BR> Acesso em: 25 jul. 2019.

PELOTAS, RS. Lei Ordinária 5086/2004. Dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como sobre a prevenção e controle de zoonoses no município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/> Acesso em: 01 mai. 2019.

PELOTAS, RS. Lei Ordinária nº 5178/2005. Altera a Redação do Inciso IV do Artigo 31 da Lei nº 5086, de 17 de novembro de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/> Acesso em: 07 jul. 2019.

PELOTAS, RS. Lei Ordinária nº 6321/2016. Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas, e dá Outras Providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/> Acesso em: 01 mai. 2019.

PREFEITUR MUNICIPAL DE PELOTAS. Comitê Municipal de Proteção Animal. Cartilha de Proteção Animal. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/direitosdosanimais/files/2018/12/Cartilha-e-Folder_COMUPA_vers%C3%A3o-digital.pdf Acesso em: 30 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 13.193/2009 Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos de rua no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: http://leisestaduais.com.br/rs?q=13.193&date_start=&date_end= Acesso em

ROSA, Patrícia, Santos. Seria a Relação do Povo Pelotense com os Cães Patrimônio?” Disponível em: Congresso de Iniciação Científica da UFPel, 2016 Pelotas. **Anais eletrônicos [...]. Pelotas: UFPel, 2016.** Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cic/anais/anais2016/> Acesso em:

SEGATA, Jean. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação.** Orientador Theophilos Rifiotis. 2012. 200p. Tese de (doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96413> Acesso em: 08 abr. 2018.

SILVA, Carlos eduardo de Miranda, OLIVEIRA, Sônia de. **Guarda responsável e dignidade animal:** uma abordagem da situação dos cães na sociedade, considerando a tutela ministerial e as políticas públicas adotadas. Disponível em: http://www.escolasuperior.mppr.mp.br/arquivos/File/Monografias/Carlos_Eduardo_Miranda_Silva.pdf Acesso em: 26 set. 2019.

SOUZA, Júlia Machado Souza. **O fim do antropocentrismo?** Propostas para repensar o não humano a partir de militâncias em defesa dos animais na cidade de Florianópolis – SC. Orientador: Márnio Teixeira-Pinto; co-orientadora: Evelyn Zea. 2013. 122p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122759> Acesso em: 12 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/> Acesso em: 01 ago. 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 123 – 132.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth. Método Etnográfico de Pesquisa In: Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema, Porto Alegre: Tomo Editorial LTDA, 2000.

ANEXOS

Anexo A

SERIA A RELAÇÃO DO POVO PELOTENSE COM OS CÃES PATRIMÔNIO?

PATRÍCIA SANTOS DA ROSA¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas– psantosdarosa@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este texto pretende apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito da disciplina de Patrimônio Cultural do Curso de Antropologia – UFPel. O trabalho final previa a eleição de um bem patrimonial a ser pesquisado a partir de uma etnografia e da discussão teórica realizada em sala de aula. Com a ideia inicial de que patrimônio é algo que nos faz sentido e que nos remete a uma memória, e até a um sentimento, escolhi como objeto de estudo os cães na cidade de Pelotas. A proposta foi verificar se as pessoas compartilhavam os meus pressupostos de que os animais de estimação poderiam ser compreendidos enquanto patrimônio.

A definição de patrimônio que consta no Art. 216, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos [...]”. Segundo os autores FUNARI; PELEGRINI o patrimônio individual depende de nós, cada indivíduo seleciona como bem aqueles elementos que os interessa, “já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima” (2006, p. 9). Cabe ressaltar que por muito tempo o conceito oficial de patrimônio reforçou a ideia de patrimônio ser um bem material, muitas vezes imóvel, vinculado à elite, ao saber erudito, que deva ser preservado, passado de geração para geração. Apenas recentemente este conceito é ampliado e passa a envolver outros elementos.

Para aquela disciplina, procurei trabalhar os cães enquanto patrimônio, a partir do conceito de patrimônio imaterial, que passa a ser valorizado apenas após essa ampliação do conceito de patrimônio. Fiz esta escolha, pois, para mim, a relação com os cães remete a uma memória de infância, familiar, afetiva, como compreendido por TORNATORE (2010, p. 10): “[...] uma emoção vinculada a uma memória biográfica, uma ligação pessoal associada a uma lembrança”. Assim a hipótese inicial da pesquisa era que o povo de Pelotas consideraria os

cães enquanto patrimônio devido a uma relação com os cães diferenciada das pessoas de outras cidades, afirmação que eu ouvi repetitivamente de diferentes pessoas de Pelotas. Para mim, a população de Pelotas teria uma relação mais próxima e afetiva com os cães, vale lembrar a comoção causada pelo caso da cadela preta ocorrido em março de 2005. A cadela estava grávida e foi amarrada ao para-choque de um carro e arrastada por metros.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a pesquisa consistia em um trabalho etnográfico, com idas a campo. Segundo VICTORA (2000, p. 53) “o método etnográfico de pesquisa é um conjunto de concepções e procedimentos utilizados tradicionalmente pela Antropologia para fins de conhecimento científico da realidade social”. CARDOSO DE OLIVEIRA (1998) nos fala de três importantes etapas a serem desenvolvidas pelo pesquisador em uma pesquisa etnográfica para a realização de um bom trabalho antropológico: o olhar, o ouvir e o escrever. Foram estas etapas que guiaram minha pesquisa.

O público alvo escolhido foi formado por pessoas vinculadas com entidades envolvidas, de alguma maneira, na causa animal como: o poder público a partir do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da Prefeitura Municipal de Pelotas, a Associação Sul-riograndense de Proteção aos Animais Amigo Pet (Capão do Leão), o projeto de extensão Pró Bicho (UFPel), a ONG A4 Associação dos Amigos dos Animais Abandonados (do Capão do Leão com ação em Pelotas) e a ONG SOS Animais. Optei por entrevistar os interlocutores com as devidas autorizações do uso e divulgação das informações, nomes, som e/ou imagem para que estas pudessem ser inseridas na realização do trabalho de pesquisa e publicações.

Um exercício interessante foi buscar um afastamento do tema de pesquisa já que por minha relação com os cães tinha uma ideia romantizada do contato entre humanos e cães em Pelotas. As entrevistas foram feitas em uma semana com cinco interlocutores. Somente uma interlocutora não permitiu o uso de gravador e somente uma autorizou o uso de imagem. Após as entrevistas gravadas foi realizado o trabalho de transcrição e seleção dos dados para a escrita. A pesquisa completa durou em torno de um mês.

As questões que nortearam a pesquisa foram sobre qual a noção de patrimônio dos interlocutores. Muitos apenas compreendiam os aspectos materiais enquanto patrimônio. Então, passei a questionar sobre os diferentes aspectos dos bens patrimoniais, refletindo junto aos interlocutores se a relação do povo pelotense com os cachorros poderia ser compreendida enquanto patrimônio imaterial, bem como se a ong ou projeto que atuava via essa relação enquanto patrimônio. Após a primeira entrevista dei-me conta que tinha um problema, pois ao entrevistar somente sobre o trabalho nas ongs, encontraria somente questões de abandono e maus tratos, relações negativas, que

restringiam a pesquisa. Precisei rever a escolha de minhas questões e inserir em minha pesquisa perguntas e observações relacionadas à relação dos interlocutores com seus animais de estimação, assim também encontraria informações de boas relações entre humanos e cães.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A principal compreensão de patrimônio apresentada pelos interlocutores, compartilhada, inclusive pelos órgãos públicos responsáveis pela patrimonialização, é o de patrimônio material individual ou coletivo, podendo ser uma herança material ou história de alguém ou de um povo que deve ser resgatado ou preservado. FONSECA (2003) nos traz essa questão de que durante muito tempo o entendimento geral, inclusive do Estado, foi de que o patrimônio cultural era formado apenas por imóveis, obras de arte, bens materiais ou coisas que necessitavam ser protegidas por políticas de patrimônio. Assim, minha iniciava de iniciar os contatos a partir da materialidade, questionando se o interlocutor compreendia patrimônio apenas enquanto material, serviu para identificar que de todos apenas duas pessoas mencionaram também o viés imaterial do patrimônio mencionando os saberes, o doce e o fazer acarajé.

A ideia de considerar o viés imaterial da relação com os cães enquanto patrimônio foi totalmente refutada por todos os interlocutores. Aqui transcrevo a fala de uma interlocutora: “Fazendo essa relação com os bichos eu não vejo eles como meu patrimônio, são meus filhos, não sou dona deles, eu sou uma mãe”. Ela ainda complementa afirmando que ela cuida deles: “é diferente, assim como eu cuidaria de uma criança. Eu escolhi a minha família de cães, neste caso ao invés de filhos eu tive cachorros. Eu conheço casais que resolveram ter cachorros e gatos ao invés de ter filhos. Não os vejo como posse. Acho que essa é a questão mais delicada”.

Compreendi a fala a partir do conceito de filhotização dos cães conforme DELARISSA (2003) que nos fala que um cão pode substituir uma criança. Há casais com ou sem filhos que tem uma relação de pais e filhos com os cães. É para o seu dono uma criança que nunca crescerá. Para o autor, ter um cão para a maioria é sinônimo de se ter lealdade e um amor incondicional.

Dos outros entrevistados, apenas uma interlocutora, que não possui cães, não se referenciou a eles como filhos da espécie animal. FARACO; SEMINOTTI (2010) trabalham com o conceito de família multiespécie e sugerem que nesta ocorra uma troca de afetos tanto positivos, quanto negativos, onde se inclui ou o afeto e cuidado, ou a crueldade dos humanos com seus animais de estimação. Esta crueldade indicaria a violência entre os humanos no âmbito da família.

Essa troca de afetos negativa foi relacionada à noção de patrimônio por uma entrevistada que afirmou que como a relação estabelecida entre os humanos e cães em Pelotas é ruim, de violência, não deveria ser considerada patrimônio, que supostamente seria algo bom. Para outra interlocutora, o patrimônio está relacionado à hereditariedade, um ensinamento que se passa de

geração para geração. Sendo assim, a forma como se trata os cães, o ensinamento dos pais para os filhos, no caso de Pelotas, acaba por perpetuar os maus tratos. Assim, essa relação se aproximaria da ideia de patrimônio, pois: “é a cultura de se criar o cão como ainda se cria”. Ela citou como exemplo um pai que matou o cão doente a tiros na frente do filho para justificar a importância da prevenção.

Dois interlocutores afirmaram que os cães e sua relação com humanos não deveriam ser considerados patrimônio, pois são seres vivos. Um interlocutor afirmou que estes só poderiam ser patrimonializados por “Deus que os criou e, além disso, são moradores da cidade não podendo ser patrimônio desta”. Somente uma interlocutora considerou os cães como patrimônio, mas não do povo pelotense em específico e sim do planeta, já que eles “sempre existiram e sempre existirão e que temos que cuidar para continuarem existindo”. Esta traz outro elemento importante relacionado à patrimonialização que se trata da preservação.

4. CONCLUSÃO

Concluo que o patrimônio pode ser algo relacionado a uma noção individual, ou seja, individualmente podemos elencar nossos patrimônios, aquilo que nos é caro e importante. Para tornar um patrimônio coletivo há uma grande complexidade, devendo então fazer sentido para um coletivo, uma comunidade. Ao longo da disciplina, verificamos que os patrimônios coletivos oficiais são formados a partir de seleções, de ideologias e narrativas oficiais. Tivemos o entendimento de que há um intuito de salvaguarda de variados tipos de patrimônio, porém uns mais valorizados que outros. Para que bens sejam reconhecidos oficialmente, deve-se passar por um processo junto ao Estado, por meio de um pedido de reconhecimento, passar por um processo burocrático e cheio de critérios.

O trabalho mostrou que o conceito oficial de patrimônio que por muito tempo foi ressaltado, valorizando patrimônio material, da elite, dentro de uma certa estética, como algo positivo e que deva ser preservado, continua sendo a primeira compreensão lembrada pela população. Os interlocutores mostraram que para eles patrimônio é material. Sendo o patrimônio imaterial mencionado apenas quando ampliamos as reflexões sobre o tema. A ideia de cães como patrimônio não foi compartilhada pelos interlocutores e a questão da família multiespécie é cada vez mais presente, sendo os animais chamados de filhos, podendo ou não substituir os filhos humanos.

Ainda é relevante destacar que sempre que partimos para campo com uma ideia, uma percepção e uma teoria, podemos nos deparar com um universo totalmente diferente daquele que imaginávamos. Como este foi meu primeiro trabalho de campo, iniciei com a ideia que iria apenas confirmar minhas hipóteses e, se minha teoria não fosse confirmada, eu teria um grande problema

e que meu trabalho não teria validade. Os resultados da pesquisa foram opostos ao esperado. Minha professora esclareceu que minha pesquisa não foi desmerecida pelos resultados, o que me trouxe grande aprendizado sobre o que é desenvolver uma pesquisa científica.

Assim, como prática de um trabalho etnográfico cumpriu seus objetivos de aprendizagem ao iniciar minhas reflexões e prática na escolha de um tema de pesquisa, no planejamento e execução de um trabalho científico. Bem como, sobre as formas de inserção em campo, de exercitar o ver, ouvir e escrever e o exercício de distanciamento necessário para a realização do trabalho.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998. Cap.1, p.17 a 35.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

DELABARY, B. F. Aspectos que influenciam os maus tratos contra animais no meio urbano. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. REGET/UFMS, v. 5, n. 5, p. 835-840, 2012.

DELARISSA, F.A. **Animais e Estimação e Objetos Transacionais: Uma aproximação psicanalítica sobre a interação criança-animal**. 2003. 408f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FARACO C. B.; Seminotti N. Sistema social humano-cão a partir da autopoiese em Maturana. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS v. 41, n. 3, pp. 310-316, jul./set. 2010.

FONSECA, M.C.L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A. p. 56-76, 2003.

FUNARI, P. P; PELEGRINI, S. C. A. Introdução, O patrimônio, do indivíduo à coletividade e A trajetória do patrimônio no contexto mundial. In: **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 7-29.

TORNATORE, J.L. Patrimônio, Memória, Tradição, etc: discussão de algumas situações francesas com relação ao passado. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n.1, p.7-21, 2009/2010.

VICTORA, C.G. Método Etnográfico de Pesquisa. In: VICTORA, C.G, KNAUTH, D.R.; HASSEN, M.N.A **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. Cap.5, p.53-59.

Anexo B

GUARDA COMPARTILHADA DE CADELAS NUM BAIRRO DE PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE PELOTAS

PATRÍCIA SANTOS DA ROSA¹; FLÁVIA MARIA SILVA RIETH³

¹Universidade Federal de Pelotas – psantosdarosa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – riethuf@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho integra a pesquisa “Guarda Compartilhada de Cadelas Num Bairro de Periferia Urbana: Novos Caminhos na cidade de Pelotas” com vistas à Conclusão de Curso de Bacharelado em Antropologia. Objetiva-se discutir a relação entre humanos e animais no “Bairro do Cipó”, periferia urbana de Pelotas onde trabalho como nutricionista, funcionária pública na área da saúde. A denominação “Bairro do Cipó” é fictícia.

Conforme Ingold, “Para nós, que fomos criados no contexto da tradição do pensamento ocidental, os conceitos de “humano” e “animal” parecem cheios de associações, repletos de ambigüidades e sobrecarregados de preconceitos intelectuais e emocionais.” (INGOLD, 1994). A sociedade ocidental tem como tendência pensar em dicotomias, assim temos diversas oposições como corpo e mente, natureza e cultura, razão e instinto, animalidade e humanidade entre outras.

A crise do pensamento ocidental em fins do século XX, nos leva mais além da natureza e da cultura, nos permite pensar em diferentes naturezas e culturas, em clara oposição ao antropocentrismo. Acompanhando Clark, “outras criaturas diferentes biologicamente das humanas podem ser pessoas”, uma visão que pode parecer estranha para nós, mas que, para muitas culturas nãoocidentais, soa mais como uma afirmação do óbvio (HALLOWELL, 1960). (INGOLD, 1994, p.13). Se aceitarmos que outros animais, que não os da espécie humana, podem ser agentes conscientes e dotados de intenção, então devemos também atribuir-lhes poderes pessoais, além dos naturais. Ou seja, somos forçados a reconhecer que eles encarnam atributos de personalidade, que são no ocidente comumente identificados com a condição de “humanidade”.

De encontro a isto, Viveiros de Castro (2004), ao realizar etnografias amazônicas percebe uma diferença de grau e não de natureza entre humanos, plantas e animais. Na cultura ameríndia “A condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade. [...] Os humanos são aqueles que continuaram iguais a si mesmos: os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais.” (p.230)

Assim, se nossa antropologia popular vê a humanidade como erguida sobre alicerces animais, normalmente ocultos pela cultura — tendo outrora sido ‘completamente’ animais, permanecemos, ‘no fundo’, animais —, o pensamento indígena conclui ao contrário que, tendo outrora sido humanos, os animais e outros seres do cosmos continuam a ser humanos, mesmo que de modo nãoevidente. (Viveiros, p.230).

“[...] os animais são com certeza diferentes de nós em sua morfologia e em seu comportamento: contudo, a existência social que eles têm à nossa revelia é idêntica à nossa.” (DESCOLA, p. 28).

O que apresento na minha pesquisa vai de encontro a novas maneiras de se ver e sentir as relações entre humanos e animais. Nesse sentido, trago o modo como humanos se relacionam com os animais e a partir daí novas relações desenvolvidas entre humanos e entre humanos e animais.

2. METODOLOGIA

De início realizei consulta bibliográfica com a revisão da literatura sobre o tema das relações humanos e animais, um “novo” campo de discussão na Antropologia.

Utilizei o método etnográfico que segundo FONSECA (1999, p.63) “por envolver em geral um número pequeno de informantes e por insistir na importância do contato pessoal do antropólogo com seu “objeto”, o método etnográfico propicia, sim, o estudo da subjetividade”.

Com minha curiosidade e observação sobre os cuidados (ou falta de) com os cães no Bairro do Cipó, passei a realizar observação flutuante, pois trabalho como agente de saúde no local. Depois, passei a agir em relação aos cães, ajudando alguns, dentro do possível com alimentação, castração de fêmeas, consulta veterinária e tratamento de doenças como sarna, miíase (bicheira), foi quando conheci a Valdirene e a Goda. E, desenvolvi a observação participante junto a elas e sua família humana.

A observação flutuante se constitui num grande desafio, pois SIMÕES (2008, p.193-196) nos diz que “Ela não tem endereço, ela não se destina, ela não conhece, nem partilha nada antecipadamente. É um tipo de observação “desendereçada” – mas não desinteressada – e, portanto, capaz de captar a expressão mais etérea do que é o *urbano* E que a “A observação flutuante, por princípio, termina onde começa a observação participante”.

No trabalho etnográfico na etapa da coleta o registro de dados utilizei a técnica do diário de campo. “[...] os escritos do Diário descrevem maneiras de sentir pessoas, lugares, situações e objetos.” BRANDÃO (1982, p.13)

Encontro-me na etapa da análise do material empírico, iniciando a escrita do texto etnográfico a partir da reflexão dos dados etnográficos e teoria.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A situação dos cães no bairro da pesquisa é bastante diversificada. Dentre os cães que tem livre acesso às ruas do Bairro do Cipó alguns estão em situação de abandono, foram deixados por pessoas que vão de carro descartá-los na periferia urbana da cidade ou pelos próprios moradores do local. Os motivos são diversos: doença, pela cadela estar no cio ou grávida ou ainda porque o dono não quer mais o cão, etc. Além destes, há muitos cachorros que tem dono, dormem nos pátios à noite, recebem alimentação e alguns cuidados, mas durante o dia estão na rua, pois tem pátio aberto e não aceitam ficar presos em correntes. Estes cães quando presos nos pátios, latem e incomodam os vizinhos gerando conflito entre o dono e a vizinhança.

É esta situação que trago em meu trabalho com os cuidados que dispensei as cadelas Valdirene e sua filha Goda. Elas possuem “dona”, dormem

no pátio, mas não aceitam estarem presas no pátio, dentro de casa, ou eventualmente em coleira. Elas preferem a rua. De acordo com a descrição de WOLF; SPREA (2011, p.124) elas seriam classificadas como “animais semidomiciliados (aqueles que possuem um responsável, mas continuam com livre acesso à rua)”. Isto é verdade, mas não por falta de interesse da “dona” e sim por “rebeldia”, por elas quererem viver em liberdade, não se sujeitarem de jeito nenhum a estarem presas ou contidas.

Através deste trabalho de pesquisa demonstro um tipo de guarda compartilhada entre uma moradora do Bairro do Cipó - com sua própria noção de cuidados com as cadelas Valdirene e Goda - e uma funcionária pública da área da saúde - que tem como noção e prática o cuidado com os cães determinado pela guarda responsável.

O termo guarda compartilhada é um termo utilizado no direito quando na separação de casais, a guarda dos filhos é compartilhada. Conforme a Agência de Notícias de Direitos Animais-ANDA “considerados por muitos como membros da família, os animais domésticos podem se tornar causas de disputas na Justiça pela guarda em caso de separação de casais.”

Já o uso do termo guarda compartilhada que trago em meu trabalho é diferente, são cuidados dispensados às cadelas por sua “dona” que mora neste bairro de periferia e por mim que me desloco 5 dias na semana até lá para executar trabalhos para humanos no exercício da minha profissão e que dispenso cuidados às cadelas.

Conheci sua “dona” e com o tempo também seus filhos, sobrinha, vizinhas/os, mãe, irmãs. A “dona” dá alguns dos cuidados como alimentação, água, casa e cuidados ao seu alcance quando doentes e é responsável pelas atitudes das cadelas na rua. Eu passei a dar cuidados que considero importantes de uma guarda responsável conforme legislação determinada pelo estado e defendida por protetoras, cuidados que dispenso aos meus animais domésticos, tais como: castração, vermífugo, remédio contra pulgas e carrapatos, vacina anual contra a raiva e vacina contra outras doenças, com carteira de vacinação, consulta com veterinária e tratamento quando doentes.

Além disto, Valdirene e Goda passaram a ser também associadas a mim também pelos outros moradores do Bairro. Tenho com elas uma relação de afeto e contato diário pois frequentam o pátio do meu local de trabalho, o que aumenta minha responsabilidade. O afeto foi desenvolvido apenas após a confiança das cadelas por mim ser totalmente estabelecida.

Estes cuidados dispensados visam ao controle populacional de cães e gatos e combater as doenças chamadas de zoonoses. O município de Pelotas possui a LEI MUNICIPAL Nº 5086, de 17 de novembro de 2004 que “dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como, sobre a prevenção e controle de zoonoses no município. Na legislação também há o controle dos animais não andarem soltos. Por várias vezes eu e a “dona” buscamos controlar o acesso à rua de Valdirene e Goda. Uma das providências tomadas foi o fechamento do pátio nos fundos da casa, mas elas destruíram o portão para andarem soltas na rua.

AS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL no site NUBR conceitua zoonose como “doenças que os animais vertebrados, como o boi ou o cachorro, que podem transmitir naturalmente para o homem. Dos 1.415 organismos e agentes causadores de infecções entre os humanos, 61% podem chegar ao nosso organismo por esses animais.”

Esta situação de cão ter “dono” e estar na rua é conflituosa, pois para muitos e conforme a lei municipal ela é contrária ao que se considera de “cuidado” ao animal, a chamada posse ou guarda responsável.

4. CONCLUSÕES

A inovação deste trabalho de pesquisa é mostrar que há uma relação de guarda compartilhada que se baseia em noções de cuidado diferenciados coexistindo distintas concepções da relação entre humanos e animais.

Anteriormente, tinha a percepção da falta de cuidado da “dona” da Valdirene e da Goda, o que se altera diante da experiência de guarda compartilhada. Afetos e responsabilidades são trocados. Minhas relações com o Bairro se ampliou por intermédio da Valdirene e da Goda e da sua família humana no Bairro do Cipó, em Pelotas.

A partir desta experiência passei a me locomover mais para fora do meu local de trabalho, dentro dos limites de trajeto entre este e a residência da “dona”. A partir dali, passei a me relacionar mais com os residentes destas áreas e pessoas que as vendo comigo vem conversar sobre as cadelas e suas atitudes, sobre o funcionamento e reclamações do local onde trabalho e contar suas histórias com seus animais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência de Notícias de Direitos Animais - ANDA. Separação faz casais irem à justiça por guarda e pensão de animais domésticos. Disponível em: <https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/100597094/separacao-faz-casais-irem-ajustica-por-guarda-e-pensao-de-animais-domesticos?ref=amp>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de campo*. A antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DESCOLA, Philippe. Estutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana* 4(1);23-45,1998.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 323-348, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25163.pdf>. Acesso : 27 nov. 2017.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n.10, p.58-78, 1999.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. 1994. Disponível em: http://www.biolinguaagem.com/ling_cog_cult/ingold_1994_humanidade_animalid_ad_e.pdf. Acesso: 08 set. 2018.

INGOLD, Tim. Introdução a O que é um animal? *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia – Niterói, EdUFF*, n. 22, p.129-150, 1º Semestre de 2007.

Lei 5086, de 17 de novembro de 2004. Dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como sobre a prevenção e controle de zoonoses no município de Pelotas, e dá outras providências. Online. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>> Acesso: 29 jul. 2018.

Organizações Unidas do Brasil - ONR. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-60-dos-organismos-causadores-de-doencaschegam-aos-humanos-por-animais-vertebrados/> Acesso: 26 ago. 2018.

SIMÕES, Soraya Silveira. Observação flutuante: uma observação “desendereçada”. Antropolítica, Niterói, n.25, p.193-196, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, n. 18, p. 225-254, 2004. Disponível em: <https://grupodeestudosdeleuze.files.wordpress.com/2016/10/82791467eduardo-viveiros-de-castro-perspectivismo-e-multinaturalismo-na-americaindigena.pdf>.

WOLFF, Flávia de Mello; SPREA, Gisele. Manejo das populações de cães e gatos em áreas urbanas. **Manual de Zoonoses**. Volume II – 1ª Edição, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ccz/material-para-estudo/manuais/>. Acesso: 29 jul.2018.